



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

CPI - DÍVIDA PÚBLICA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2007/09	DATA: 05/11/2009
INÍCIO: 9h46min	TÉRMINO: 12h39min	DURAÇÃO: 2h53min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h52min	PÁGINAS: 58	QUARTOS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MURILO PORTUGAL FILHO - Vice-Diretor do Fundo Monetário Internacional — FMI.

SUMÁRIO: Exposição sobre a evolução da dívida pública brasileira.
---

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Há termos ininteligíveis. Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, beneficiários deste pagamento, seus impactos nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País.

Comunico a V.Exas. que encontram-se à disposição, na Secretaria da CPI, a análise preliminar de outras Comissões do Congresso Nacional sobre o tema do endividamento brasileiro, elaborado pela Sra. Maria Lúcia Fatorelli Carneiro, Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil, que está requisitada, prestando assessoramento a essa CPI.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tratar sobre fatos relacionados ao objeto de investigação dessa CPI, com exposição do Sr. Murilo Portugal Filho, Vice-Diretor Gerente do Fundo Monetário Internacional, e para deliberação de requerimentos.

Convido para fazer parte da Mesa o nobre Relator, Deputado Pedro Novais, daqui a pouco estará aqui; o Sr. Murilo Portugal Filho, já presente; e o representante do escritório do Fundo Monetário Internacional no Brasil, o Sr. Paulo Medas.

Poderíamos fazer o seguinte. Hoje faríamos a audiência pública e deixaríamos as deliberações para a próxima reunião, na quarta-feira. Pode ser? Seria conveniente?

Então, vamos postergar a parte referente à ordem do dia, que deixaremos para a reunião da quarta-feira. Convido o Dr. Murilo Portugal a elaborar seu pronunciamento uma vez que nosso Relator já se encontra à mesa.

Com a palavra o Dr. Murilo Portugal.

**O SR. MURILO PORTUGAL FILHO** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria, inicialmente, de agradecer a V.Exa., Sr. Presidente, pelo convite para fazer uma apresentação sobre o tema da dívida pública nesta CPI.

Queria também inicialmente esclarecer que, embora eu compareça aqui como Vice-Diretor Gerente do Fundo Monetário Internacional, a apresentação que eu vou fazer representa as minhas opiniões pessoais, que não necessariamente coincidem com as do Fundo Monetário, portanto, não devem ser atribuídas à organização. Mas eu queria também, Sr. Presidente, dizer que foi com muito prazer que eu atendi ao



convite de V.Exa., não só pela honrosa oportunidade de falar aos Srs. Deputados membros dessa CPI, mas também em razão da importância desse tema para o nosso País.

Eu acho que ter um crédito público sólido é um dos principais ativos que qualquer país tem. A colocação de dívida junto ao público é um instrumento muito importante que os Governos dispõe em todo o mundo para desempenhar melhor as suas funções. O endividamento público, juntamente com a tributação, é um instrumento muito importante para o financiamento do Estado moderno. Ele permite financiar o instrumento público, a construção de ativos, que são de custo elevado e de duração longa. E quando o Governo financia esses ativos, como uma hidrelétrica, um porto ou uma estrada, através de emissão de dívida, ele está distribuindo equitativamente entre os contribuintes do presente e os contribuintes do futuro o custeio e os riscos de construção desse tipo de ativos que vão gerar benefícios esperadamente superiores ao seu custo por um longo período e para várias gerações de contribuintes. A dívida é também um instrumento útil para o Governo suavizar a volatilidade sazonal que existe nas receitas tributárias ou para enfrentar quedas temporárias na arrecadação tributária, como vem ocorrendo agora, ou para financiar despesas extraordinárias para os quais os recursos tributários não sejam suficientes.

Mas além desse papel clássico de financiamento do Governo, a dívida pública tem um papel importante também no desenvolvimento do mercado de capitais, porque a dívida pública é geralmente o título de crédito mais seguro e mais líquido que existe na maioria dos países. Por isso ela funciona como um padrão de comparação de risco e de retorno para os outros papéis emitidos pelo setor privado. E permite que os cidadãos poupem uma parte da sua renda no presente, transferindo para o futuro, através da compra de títulos públicos, um poder de consumo que é ampliado pelos juros que eles recebem.

Só para ter uma idéia, atualmente 56% da dívida pública brasileira é detida por fundos de investimento e fundos de pensão que agregam as poupanças de milhões de brasileiros. Além disso, há uma parcela muito grande, mais de 160 mil brasileiros que compram títulos do Tesouro diretamente, através do Tesouro direto. Mas apesar dessas funções importantes que a dívida pública tem na economia de



qualquer País, eu sei que a nossa dívida pública tem uma imagem negativa junto à opinião pública, em razão da história conturbada que tivemos. A dívida é associada com pagamento de juros elevados, com ocorrências de moratórias ou de outras formas implícitas de não pagamento, problemas que, infelizmente, foram muito recorrentes no nosso passado.

A minha opinião é que esses eventos negativos não decorrem de um problema inerente à natureza da dívida em si mesmo, e sim da nossa história longa de inflação excessivamente alta e volátil e da nossa indisciplina fiscal no passado. Felizmente, essa situação já mudou, embora eu ache que as percepções ainda não mudaram. Sabemos que as percepções demoram bastante a mudar. Eu acho que talvez essa CPI possa dar uma contribuição importante nessa mudança de percepções.

Acredito que houve um progresso muito grande nessas duas áreas da inflação e da disciplina fiscal nos últimos 15 anos. A inflação vem sendo mantida sob o controle desde 1994, e o regime de metas de inflação tem ganhado cada vez mais credibilidade, graças à dedicação que o Banco Central tem em cumprir as metas estabelecidas.

No Governo do Presidente Lula, desde 2004, o Banco Central já vem cumprindo por 6 anos consecutivos as metas de inflação. E isso é fundamental para a gestão da dívida pública, porque a inflação alta e volátil que tivemos no passado encareceu a nossa dívida, ocasionou um grande encurtamento nos prazos da dívida interna e levou a uma emissão crescente de dívida indexada, seja a índice de preços, seja a taxa de câmbio, seja a taxa de juros flutuantes de um dia. Isso aumentou muito a vulnerabilidade nossa a choques que pudessem ocorrer nessas variáveis.

Eu me recordo, por exemplo, da época em que tive a responsabilidade de gestão da dívida interna. Fui Secretário do Tesouro no Governo do Presidente Itamar Franco e depois no Governo do Presidente Fernando Henrique. Então, recordo-me que antes do lançamento do Plano Real, o prazo mais longo para títulos com taxas de juros prefixados que tínhamos no Tesouro eram 14 dias. Hoje, o prazo médio da dívida pública federal são três anos e meio. Eu me recordo que o percentual de dívida que tinha que ser rolado a cada ano, naquela época, eram



300%, ou seja, três vezes o estoque da dívida tinha que ser rolado todo ano, em razão do prazo curto. Hoje, apenas 27% do estoque da dívida vence em cada ano.

Mas além dessa questão do prazo, a inflação tem um impacto também grande no custo da dívida, porque os participantes dos leilões do Tesouro têm que incluir no cálculo, para definir a taxa de juros que eles vão pedir no leilão, qual é a inflação esperada no futuro. Então, a inflação esperada funciona como um piso para a taxa de juros nominal. Quanto maior for a inflação esperada, maior vai ser essa taxa de juros nominal. Agora, esse piso é de apenas 4,5%, porque a meta de inflação é 4,5%, mas no passado isso foi mais alto. E é claro que se a inflação for volátil, quer dizer, se não houver confiança de que as metas de inflação vão ser alcançadas, então os emprestadores do Governo, além dessa inflação esperada, vão incluir também uma margem para essa volatilidade. Por exemplo, a margem de 2% que temos acima da meta de inflação. Isso já levaria o piso para taxa de juros nominal a 6,5%. Mas, às vezes, a margem que é incluída para esse risco da inflação volátil não é apenas essa que temos, é o desvio padrão da inflação da sua média histórica.

Por isso é tão importante o Banco Central cumprir as metas de inflação. Cada ano que o Banco Central cumpre a meta de inflação ele contribui para o aumento da credibilidade que, com o tempo, vai se refletir na redução da taxa de juros no futuro.

Um outro ponto essencial que mencionei, para ser possível uma boa gestão da dívida pública, é a disciplina fiscal, uma disciplina que garanta a manutenção da sustentabilidade da dívida no médio prazo. Para que a dívida não cresça explosivamente até chegar ao ponto em que ela não vai conseguir ser paga, é preciso que o superávit primário seja pelo menos igual à diferença entre a taxa de crescimento do PIB e a taxa de juros real multiplicada pelo estoque da dívida do ano anterior. Esse realmente é o fator, o superávit primário é o fator mais importante para garantir que a dívida vai se manter num patamar em que ela pode ser paga. Isso muitas vezes não aconteceu no passado. Por exemplo, nos 10 anos anteriores ao Plano Real, o superávit primário médio foi de 2% do PIB no Brasil. Em 1994, houve um aumento grande do superávit primário, eu me lembro que naquele ano foi feito mais de 5% de superávit primário, e isso contribuiu muito para o sucesso do Plano. Mas isso não foi mantido nos anos posteriores. Com isso, a dívida do setor público voltou a crescer.



*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu trouxe alguns gráficos que eu pedi que fossem distribuídos ao Srs. Deputados. Então, a figura nº 1 desse gráfico mostra como a dívida líquida, que em 1995 alcançava 28% do PIB, passou a subir seguidamente por várias razões, não só devido a esse esforço fiscal insuficiente que mencionei, mas também à assunção de dívidas pela União, dos Estados e dos Municípios, depois choques externos, e também, como eu disse, à redução do superávit primário. Foi só a partir de 1999 que o superávit primário foi elevado novamente. Desde 1999 até o ano de 2008, ano passado, o superávit médio que fizemos foi de 3,75% do PIB.

Muitos avanços foram conseguidos na área fiscal, como, por exemplo, a conclusão do processo de rolagem das dívidas estaduais; o fechamento de vários bancos estaduais; o reconhecimento de várias dívidas ocultas que existiam, os chamados esqueletos. A solução desses problemas foi muito importante do ponto de vista estrutural para o Brasil, mas num primeiro momento eles geraram um aumento de dívida. Por exemplo, entre 1998 e 1999 a dívida cresceu 6 pontos percentuais do PIB em razão da assunção pela União das dívidas estaduais.

A crise cambial de 1999 também causou uma grande depreciação da taxa de câmbio. E em razão do elevado percentual de dívida contratada em dólar que existia naquela época, a dívida aumentou 8 pontos percentuais do PIB. E foi só no Governo do Presidente Lula que ocorreu uma significativa redução do estoque da dívida e uma grande melhoria na composição do estoque dessa dívida. Acho que o aumento do superávit primário para 4,25%, que foi implementado em 2003, foi essencial nesse processo. Ele provocou uma melhoria nas expectativas.

Eu acho que outro fator muito importante na gestão da nossa dívida foi a elevação que nós tivemos nas reservas internacionais, poupando os ganhos ocorridos na melhoria dos termos de trocas externas e dos superávits comerciais que nós alcançamos.

Em razão de todas essas melhoras, entre 2003 e 2008, a dívida pública caiu 17 pontos percentuais do PIB para 38%. Eu acho que a aceleração do crescimento econômico também ajudou, a partir de 2004, mas o papel principal, na verdade, coube ao superávit primário.



A figura nº 2 dos *slides* que eu trouxe mostra a composição para redução da dívida feita pelo superávit primário e pelo crescimento.

Vemos que os 2 itens principais de redução foram o superávit primário e as valorizações cambiais que aconteceram, assim como os itens importantes teriam sido também as desvalorizações cambiais que ocorreram.

Além dessa redução do tamanho da nossa dívida, houve também uma melhora muito grande dos prazos, a que eu já me referi, mas também da composição da dívida, o que foi iniciado quando o Dr. Joaquim Levy era o Secretário do Tesouro. O prazo médio se elevou. Hoje, como eu mencionei, são três anos e meio. O percentual da dívida indexada ao dólar caiu de 22% do total para apenas 4% em 2008. Isso é mostrado aqui na figura nº 3 desses gráficos que eu trouxe. Vemos a redução da dívida indexada ao câmbio, que praticamente se acabou, e a ampliação da dívida com taxas de juros prefixadas.

Pela primeira vez na sua história, o Brasil passou a ser um credor líquido externo, já que as reservas internacionais agora superam o estoque da dívida externa, tanto pública quanto privada. Nessa crise, vimos que o Brasil, ao invés de tomar dinheiro emprestado do FMI — a organização em que eu trabalho agora —, emprestou ao FMI. Então, a dívida externa, que já foi no passado um bicho papão, no Brasil, deixou, eu acho, de ser um problema.

Nós temos tido também, de uma forma continuada, uma redução nas taxas de juros. E a figura nº 4 mostra essa redução nas taxas de juros. Tanto as taxas de juros nominais, como as taxas de juros reais pagas pelo Governo têm caído constantemente.

Na crise da Ásia, por exemplo, em 1997, eu me lembro que foi necessário elevar a taxa nominal de juros de um dia para o outro de 20% para 46% para defender a taxa de câmbio. Por isso, a adoção da política de câmbio flutuante foi um avanço muito grande que ocorreu na gestão macroeconômica do Brasil, porque diminuiu a necessidade de se ter que elevar a taxa de juros para estabilizar o câmbio. Em 2002 e 2003, nós enfrentamos também uma dificuldade. Naquele ano, foi preciso elevar a taxa de juros, mas não mais para 46%, como tinha ocorrido na crise da Ásia, e sim elevar a taxa de juros no Brasil para 26%.



E na crise atual, pela primeira vez, ao invés de elevar a taxa de juros, nós diminuimos a taxa de juros, que atualmente se encontra num patamar baixo em nossa história. Então, eu acho que esses foram progressos importantes.

Houve também muitos progressos nos processos internos de gestão da dívida pública na Secretaria do Tesouro. A Secretaria publica todos os anos um Plano Anual de Financiamento, especificando os montantes, as diretrizes e a estratégia, que é seguida para a dívida interna e para a dívida externa. Ela publica um cronograma dos leilões que o Tesouro vai realizar, publica relatórios mensais sobre a gestão da dívida. Além disso, mantém um programa, que é muito conceituado internacionalmente, de relacionamento com investidores institucionais, através da edição de notas técnicas sobre temas de relevância, da realização de conferências telefônicas com investidores, de visitas aos principais centros financeiros do mundo.

Na verdade, o Brasil é considerado hoje, por exemplo, pelo Institute of International Finance como o melhor, entre mais de 30 países emergentes, em termos de comunicação com os investidores e de transparência na gestão da dívida pública. E mais informação ajuda também a reduzir os custos, porque os investidores institucionais ficam conhecendo mais o trabalho que vem sendo feito.

Então, as políticas prudentes, na área fiscal, na área monetária, na área cambial, seguidas pelo Brasil, aumentaram muito a solidez da nossa economia, permitiram limitar os impactos negativos da atual crise financeira. A queda na taxa de crescimento que nós tivemos, causada por essa crise, já foi revertida. E é verdade que esse ano a dívida vai subir devido a essa crise. Nós estamos estimando que talvez vá subir entre 4 e 5 pontos percentuais, em razão da queda no crescimento que tivemos este ano, na queda do superávit primário e nas políticas anticíclicas que foram adotados, quero dizer políticas corretas. Foram adotadas políticas corretas, era o que precisava ser feito nesse momento.

Mas o Governo já anunciou que vai elevar novamente superávit primário para 3,3% do PIB, a partir de 2010. E isso eu acho que é de extrema importância para que a política fiscal volte a ser conduzida como ela era conduzida antes, com o objetivo de reduzir o estoque da dívida e de continuar esse processo de melhoria que eu vinha mencionando anteriormente. As estimativas que nós fazemos no Fundo Monetário indicam que, caso o superávit primário volte a 3,3% do PIB e seja





mantido nesse nível nos anos seguintes, a dívida líquida vai cair entre 9 e 10 pontos percentuais, até 2014.

É claro que, apesar desses avanços alcançados, existem ainda muitos problemas a serem resolvidos. A dívida pública ainda é elevada no Brasil, pelos padrões internacionais, para o caso dos países emergentes. E para fazer essas comparações do Brasil com outros países, ao invés de usar o conceito de dívida líquida, que é mais usado aqui no Brasil, temos que usar o conceito de dívida bruta, porque esse é o conceito que os outros países usam.

Portanto, as estatísticas dos outros países são calculadas em termo de dívida bruta. Então, para fazer a comparação, a gente tem que passar do conceito de dívida líquida para o conceito de dívida bruta. E as agências de crédito Análise e Risco, a MUDES e a FIT, por exemplo, elas utilizam também o conceito de dívida bruta, e não de dívida líquida, nas suas análises, porque, afinal de contas, é a dívida bruta que tem que ser paga.

E a diferença entre a dívida bruta e a dívida líquida são os ativos financeiros de que o Governo dispõe eventualmente para pagar essa dívida, são as reservas internacionais e são os créditos financeiros que o Governo tem a receber dos agentes públicos e dos agentes privados. E por isso também é tão importante garantir a qualidade e garantir a solvência desses ativos. Por exemplo, quando se propõe o não recebimento de créditos que a União tem junto aos Estados e Municípios, isso significa, na verdade, ampliar a dívida da União, embora a dívida do setor público fique inalterada.

Então, voltando aqui à questão da comparação do Brasil com outros países, o gráfico nº 5 que eu trouxe aqui compara a dívida bruta do Brasil, que é a linha em azul, com a dívida bruta das economias emergentes; a dívida bruta das economias emergentes que fazem parte do G-20; a dívida bruta das economias emergentes da América Latina; e a dívida bruta dessas economias emergentes que, como nós, têm o grau de investimento. E como vemos nesse gráfico, a dívida bruta do Brasil, que atualmente é da ordem de 67% do PIB, ainda é elevada pelos padrões internacionais.

Então, é lógico que ela é menor do que a dívida dos países desenvolvidos. Por exemplo, nos países desenvolvidos membros do G-20, a dívida bruta é 75% do



PIB e vai subir muito em razão dessa crise. Nossa estimativa é que suba para 114% do PIB até 2014. Mas o padrão de comparação para nós são os países emergentes. E há vários estudos internacionais que apontam como nível de dívida recomendável para os países emergentes, porque são países que estão mais sujeitos a choques externos, o nível entre 30% e 50% do PIB de dívida bruta. Acima desse nível às vezes acontecem eventos. Então, esse estoque de dívida bruta que o Brasil tem ainda elevado é um problema ainda a ser resolvido.

Na dívida externa já resolvemos esse problema. A figura nº 6 mostra que em termos de dívida externa o Brasil está bem melhor do que todos os comparativos. Mas em termos de dívida bruta ainda precisa ser resolvido.

A outra questão é o prazo. Apesar dos avanços que fizemos, a dívida de curto prazo no Brasil ainda é elevada. E essas comparações estão sendo mostradas na figura nº 7. A dívida de curto prazo do Brasil é em torno de 30% do PIB. E isso ainda é elevado em relação aos países emergentes, aumenta o risco de financiamento e aumenta a vulnerabilidade que temos para eventuais aumentos da inflação e eventuais aumentos na taxa de juros.

Então, acho que temos 3 prioridades importantes para dívida no Brasil: primeiro, continuar reduzindo a dívida bruta; segundo, continuar ampliando o prazo; e terceiro, ampliar a parcela da dívida que é colocada a taxas de juros prefixadas — atualmente é cerca de 31% do total da dívida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sei que os ilustres membros desta CPI têm uma preocupação legítima: se esses avanços a que me referi em relação à gestão da dívida estão sendo feitos à custa de uma redução dos gastos sociais no Brasil e à custa de uma redução do crescimento econômico. Acho que é uma preocupação muito legítima, é minha também, e é uma preocupação de todos os Governos recentes no Brasil.

Eu não estou no Governo agora, mas, como eu disse, tive a honra de servir aos Governos do Presidente Itamar, do Presidente Fernando Henrique, e depois do Presidente Lula, como Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, e nesses períodos eu pude atestar a prioridade que os Governos dão à questão do gasto social e do crescimento econômico. A minha resposta a essas 2 indagações é não.



Eu acho que o pagamento da dívida pública não tem diminuído o gasto social no Brasil.

Eu trouxe também alguns gráficos para comparar o nosso gráfico com nossos gastos sociais, o que tem acontecido através do tempo, e comparar também o que tem acontecido com outros países. Na verdade, o gasto social no Brasil é significativamente maior do que em países similares, e ele vem crescendo durante todo esse período ao qual estamos nos referindo aqui. O gasto social no Brasil se elevou de 19% do PIB, em 1996, para 23% do PIB em 2006.

O gráfico nº 9, por exemplo, compara as despesas com Previdência Social realizadas no Brasil, novamente com aquele grupo de países: os países emergentes em geral, os países emergentes da América Latina e os países emergentes com grau de investimento. E o que se observa é que na verdade, por exemplo, em relação à Previdência Social, esses gastos são substancialmente mais elevados no Brasil e continuam crescendo. Na verdade, eu acho que são excessivamente elevados, na minha opinião, em relação à idade média da nossa população.

As despesas com saúde igualmente são mais elevadas do que a média dos outros países — isso está sendo mostrado no gráfico nº 10 — e continuam crescendo. E as despesas com educação, que estão mostradas no gráfico nº 11, não são maiores do que a média. Elas estão dentro da média. Então, acho que isso responde à indagação de se o pagamento da dívida tem sido feito através de redução do gasto social. Não, ele tem sido feito através de aumento de tributação.

Eu sei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que existem, apesar desses gastos crescentes, grandes carências na educação e na saúde no Brasil e outras áreas sociais que precisam ser supridas. Eu estou consciente disso, e acho que o Governo também é consciente disso. Mas eu penso que a solução dessas carências depende não apenas de gastar mais nesses setores, mas principalmente de gastar melhor nesse e em todos os setores.

Eu acho que existe uma tendência em algumas parcelas da opinião pública de medir a prioridade que é atribuída a esse ou aquele setor por quanto se gasta nesse setor. Mas na verdade, o que importa para a população é a quantidade e a qualidade dos serviços públicos que são prestados através desse gasto, a qualidade e a quantidade de serviços públicos que são oferecidos pelo Estado. E acho que é



preciso fazer mais e fazer melhor com menos na prestação de serviços públicos pelo Estado à população do Brasil.

A primeira vista, pode parecer que disse aqui uma coisa contraditória ou uma impossibilidade, ou que eu esteja sugerindo que seja feito um passe de mágica, mas na verdade fazer mais e melhor com menos tem sido a forma pela qual a humanidade tem progredido através dos séculos, e a forma pela qual o setor privado atua. Na verdade, fazer mais e melhor com menos significa aumentar a produtividade. E acho que essa é a forma que devemos também procurar buscar em relação à atuação do Governo. Acho que outra lição importante, e é uma lição que vários estudos sobre o gasto social no Brasil apontam, é idéia de focalizar mais os programas sociais naquelas camadas da população que realmente precisam mais do gasto social. Eu me referi anteriormente, por exemplo, aos gastos com Previdência Social no Brasil, que são elevados em relação à média internacional. É um tipo de gasto que beneficia desproporcionalmente mais os grupos de rendas mais altas. Acho que um dos grandes sucessos do programa Bolsa Família, que é um grande exemplo feito e ampliado atualmente no Brasil, está no que pode ser alcançado através da focalização melhor do gasto social.

Eu não vou dizer por um momento que seja fácil essa idéia de fazer mais e melhor com menos, é muito difícil, precisa de perseverança e determinação. O meu único ponto é que isso é possível, é necessário. Acho que requer uma mudança de cultura, talvez uma mudança de foco, requer uma atenção maior no sentido de medir e comparar os custos unitários de cada um dos serviços que o Governo presta à população, para poder descobrir onde se está gastando mal, onde se está gastando excessivamente, o que não é medido, não é gerido; requer a definição de metas para o aumento do volume de serviços que o Governo presta à população. Como eu disse, apesar dessa elevação dos gastos, existem ainda carências, requer o estabelecimento de indicadores de qualidade para cada um desses serviços públicos que o Governo presta à nossa população, e requer também, a meu juízo, uma nova estratégia na alocação do gasto público adicional em relação aos aumentos de gastos, como eles vão ser decididos. Eu acho que esses aumentos de gastos, para todos esses setores, deveriam ser decididos mais com base no cumprimento de metas estabelecidas, metas de redução do custo unitário, metas de



aumento do volume dos serviços prestados à população, metas de melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, e não só com base em vinculações automáticas de receitas a determinadas despesas.

Uma área onde nós nos comparamos menos desfavoravelmente em relação aos outros países — está no gráfico nº 12 — é na questão do investimento público. Nessa área, o Brasil está bem abaixo da média, embora, como os senhores notem no gráfico, as despesas de investimento tenham crescido muito a partir de 2003, e haja agora um programa específico, o PAC, para ampliação do investimento público, ele ainda é insuficiente. E é por isso também que é preciso gerar aumentos de produtividade, gerar redução nos custos unitários — eu não estou falando redução na provisão do serviço —, para que com essas reduções nos custos unitários se poupe dinheiro para usar nessas outras áreas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que nós alcançamos, como eu disse, grandes avanços nos últimos anos na gestão macroeconômica, na gestão da dívida. Eu acho que é possível continuar reduzindo o estoque; é possível continuar ampliando o prazo; é possível continuar melhorando a composição da nossa dívida. Isso, com o passar dos tempo, vai continuar levando a uma redução da taxa de juros e a uma redução dos custos de rolagem, maiores do que aquele que nós já enfrentamos, se continuarmos seguindo o caminho que vimos seguindo até agora. Penso que esta Comissão Parlamentar de Inquérito pode dar uma contribuição muito positiva a esse processo, através do seu relatório. Seria importante, e o relatório desta CPI seria um instrumento adequado para reconhecer os grandes avanços que já foram feitos na administração da dívida pública no Brasil; seria uma oportunidade importante para consolidar a confiança no crédito público no Brasil, reafirmando o respeito aos contratos e reafirmando o pagamento das dívidas públicas pelos vários níveis de governo, nas condições em que elas foram contratadas; seria importante para apoiar a política do Governo de elevar o superávit primário para 3,3% do PIB, no próximo ano, e manter esse superávit em níveis semelhantes para os anos seguintes.

Eu acho que seria importante estimular que o Banco Central mantenha a dedicação que ele vem tendo de cumprir as metas de inflação. Creio que esse tema



da composição do gasto e da melhoria da eficiência do gasto do Brasil em todas as áreas é um tema a ser enfrentado pelo nosso setor público.

Agradeço, uma vez mais, Sr. Presidente, o convite que V.Exa. me fez e a oportunidade que me deu de tratar de um tema tão relevante. Agradeço muito aos nobres Deputados pela sua presença, em primeiro lugar, e em segundo pela sua tolerância comigo e paciência em me ouvir. Estou à disposição de V.Exa., Sr. Presidente, à disposição do Relator, Deputado Pedro Novais, e dos nobres Deputados, para responder alguma pergunta ou algum comentário, caso eu consiga fazê-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Dr. Murilo Portugal. Agradecemos pelo esforço de vir aqui. Sabemos que atualmente trabalha no exterior, está na América do Norte, em Washington, e conseguiu agendar a vinda.

Então, agradecemos e queremos reconhecer de público sua participação naquele período difícil do Governo Lula, quando sua presença no Ministério, bem como do Ministro Meirelles, à frente do Banco Central, foram elementos psicológicos fundamentais para a credibilidade na gestão da nossa dívida e permitiu a mudança de perfil, que foi uma grande conquista do País.

Passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** - Serei rápido, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Dr. Paulo Alexandre, Dr. Murilo Portugal, congratulo-me com V.Exa., pela clareza da exposição e especialmente por não ter dourado a pílula. Tenho assistido a muitas palestras de autoridades do Governo, mas nenhuma tão sincera como a de V.Exa.

Refiro-me especificamente à comparação dívida bruta com dívida líquida. Em geral, trazem-nos dados da dívida líquida. Há poucos dias, eu presidi uma reunião conjunta de 3 Comissões e o Presidente do Banco Central trouxe-nos a demonstração de que nossa dívida líquida é 42%, o que é bastante aceitável. Mas V.Exa. acaba de nos trazer o problema da dívida bruta.

Eu quero dizer a V.Exa. que não sou economista, portanto posso ser perdoado por isso, mas na época da relatoria da Lei de Responsabilidade Fiscal eu



fui obrigado a consultar 25 livros da Biblioteca da Câmara para tentar uma definição de dívida líquida. E não o consegui.

Então, aquela definição que está na Lei de Responsabilidade Fiscal foi de autoria minha e daqueles 2 cidadãos que estão ali, que são os assessores da Comissão de Orçamento.

Pois bem. Eu fiquei sabendo agora que a dívida ótima para um país em desenvolvimento, e no caso estaria o Brasil, seria abaixo de 50%, e que atualmente a nossa está acima de 60%. Estou me referindo à dívida bruta. Isso é muito diferente de se dizer que a dívida do Brasil é de 42%.

Muito bem. Fiquei feliz com essa exposição.

Eu gostaria de perguntar a V.Exa. apenas o seguinte: do conhecimento de V.Sa. — é o Regimento que diz senhoria, ao invés de excelência, e o hábito me faz de vez em quando errar —, gostaria que me informasse se do seu conhecimento existe alguma irregularidade na construção da dívida pública brasileira, se existe algum item que possa ser criticado e qual.

Quanto ao paradigma: seria possível mudarmos o paradigma da economia brasileira, das finanças públicas do País? Porque eu não conheço, Dr. Murilo Portugal, nenhum país que não tenha dívida; nenhum país que não tenha dívida externa; nenhum país que não lance títulos públicos no mercado; nenhum país que não tenha previdência social e que gaste com ela, e que num momento difícil não recorra ao endividamento. Eu até não conheço uma pessoa que não recorra a endividamento.

Então, a pergunta será: seria possível mudarmos o paradigma atual do Brasil para outro? E qual seria esse outro?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Relator.

Com a palavra, Dr. Murilo.

Como hoje é quinta-feira, é um dia meio atípico, então, ficamos um pouco de olho no relógio. Mas, regimentalmente, os questionamentos do Relator têm resposta inicial, se assim o desejar.

**O SR. MURILO PORTUGAL FILHO** - Muito obrigado, Sr. Presidente.



Eu gostaria muito de agradecer ao Deputado Pedro Novais as palavras gentis em relação à minha apresentação, o que eu atribuo mais à elegância de S.Exa. do que a qualquer mérito que eu possa ter tido.

Sr. Deputado, quanto às perguntas de V.Exa., eu não tenho conhecimento de nenhuma irregularidade na contratação da dívida pública do Brasil no período — um período longo — em que estive associado a esses temas. O processo de contratação de dívida no Brasil é muito cuidadoso. No caso da dívida interna, isso é feito através de leilões públicos. Então, a contratação, na verdade, é totalmente transparente, através de leilões em que vencem as propostas que têm menor custo para o Governo.

E, em relação à dívida externa, também não conheço nenhuma irregularidade. Essas contratações todas dependem de aprovação de vários órgãos no âmbito do Executivo — Secretaria do Tesouro, Banco Central, Procuradoria da Fazenda Nacional — mas também no âmbito do Legislativo, através do Senado Federal.

A segunda pergunta de V.Exa. é se é possível mudar o paradigma das finanças públicas no Brasil e, principalmente, não ter dívidas. Eu acho que não. Na verdade, um dos objetivos da minha exposição era exatamente o de mostrar que a dívida pública exerce papel muito importante no financiamento do Governo, exerce papel muito importante na formação do mercado de capitais. Não há exemplo de país que não tenha dívida, principalmente dívida bruta. Muitos não têm dívida líquida, mas todos têm dívida bruta. Então, eu acredito que a resposta à segunda pergunta de V.Exa. seria não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, autor do requerimento de convocação do Dr. Murilo Portugal.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - Obrigado.

Sr. Presidente Virgílio Guimarães, Sr. Relator Pedro Novais, Sras. e Srs. Parlamentares, ilustre convidado para esta audiência pública, Dr. Murilo Portugal, Vice-Presidente do Fundo Monetário Internacional, que se faz acompanhar do Sr. Paulo Alexandre Figueiredo Medas, Representante residente do Fundo Monetário Internacional no Brasil, senhoras e senhores, sem dúvida alguma, a avaliação e a





exposição que o Dr. Murilo Portugal nos traz ajuda a nos capacitar, a Casa e ao País, porque esta audiência pública está sendo transmitida pela *TV Câmara* e será transmitida várias vezes nos próximos dias, o que faz com que milhões de pessoas possam ter acesso a esta sessão. E também poderão ter acesso, através da Internet, dos canais específicos que a Câmara dos Deputados dispõe no grande programa de transparência que nós temos na Casa.

A primeira constatação é da excelência da sua exposição. E o que me motivou a convidá-lo foi o conhecimento da sua capacidade técnica, da sua condição de funcionário público exemplar, como nós temos milhões no Brasil. Aliás, afirmo que o Brasil tem os melhores quadros de funcionários públicos entre os países emergentes e ousar dizer que também no nível dos países desenvolvidos. O que nos separa é a injustiça do nosso País, é a concentração da riqueza, o modelo econômico perverso que nós temos, o modelo tributário perverso que nós temos e a compulsoriedade na execução orçamentária — embora positivados por V.Sa. os gastos sociais, ainda carecemos de um investimento maior na educação, na saúde e na infraestrutura.

O que nos leva a participar desta CPI da Dívida Pública é a necessidade de esclarecer, para a população e para o Congresso — aliás, o que foi feito em outras oportunidades. Na década de 80, foi feita uma CPI desta mesma natureza e que fez um levantamento completo da dívida pública brasileira. Aliás, aquela CPI deveria ser um marco para esta Comissão, a fim de estabelecermos a avaliação do presente momento.

O País convive com as crises internas, as crises internacionais, as crises políticas, as crises econômicas e as intempéries do mundo em que vivemos. Acompanho o Orçamento da União Federal, dos Estados e dos Municípios e percebo claramente que os 3 níveis de Governo gastam mais do que arrecadam todos os anos. Então, a pergunta que o Deputado Pedro Novais, o nosso Relator, um dos homens mais competentes desta Casa nesta área, até por ter sido, por 35 anos, funcionário da Receita Federal e por quase 20 anos exercer o mandato parlamentar, sempre ligado à questão orçamentária, nos traz esta constatação dessa situação que temos no Brasil. A execução orçamentária brasileira é deficiente em função, evidentemente, do modelo de Estado que temos.



Ao se gastar do que se arrecada, sem dúvida alguma, fica-se num círculo eterno. Quando se fala em superávit primário — e esse conceito é do Fundo Monetário —, cria-se a ilusão para toda a população de que o Governo está produzindo superávit. Tenho insistido muito nesse ponto aqui na Câmara dos Deputados, no plenário e nas Comissões, que o superávit primário nada mais é do que a obrigação de fazer poupança para responder à demanda de honrar os compromissos de sua dívida, interna e externa. O que existe, para mim, é o superávit ou déficit. O Governo este ano vai gastar, nos 3 níveis, 3% do PIB a mais do que arrecada, se não der mais, por conta da diminuição da receita, do aumento da despesa para compensar a crise econômica, da renúncia fiscal, da própria queda do crescimento da economia. Sem dúvida, este é um ano completamente atípico. Essa curva vai oscilar em “v”, sem dúvida alguma. Esperamos que ela volte e não seja um “w”, que ela seja um “v”, que volte para cima no crescimento da economia.

O que me coloca que os 23%, 5% da saúde e 5% da educação, num Orçamento de 37% do PIB, o que arrecadamos no Brasil, ainda estamos longe. Dois por cento — 2,1% — em investimento, estamos longe, inclusive, dos nossos parceiros, dos países em desenvolvimento. O grande problema do Brasil é não investir Orçamento público. Aqui, nesta Casa, se V.Sa. participar, neste último mês e nos próximos 2 meses até o final do ano, vai ver a quantidade de demanda que vai afetar os cofres públicos nos próximos 10, 20 anos.

Se tudo o que está ali programado for aprovado, os indicadores econômicos do Brasil vão para o buraco, o Brasil vai perder totalmente sua capacidade de equilíbrio econômico. Esta é a constatação de uma realidade dura e cruel. Se já temos déficit público hoje, vamos ter muito mais, se investimos pouco; vamos investir muito menos, porque o custeio da máquina pública está sendo impulsionada com a conivência do Governo. O Governo ainda não deu um murro na mesa e falou: *“Basta de pressão e de ação contra o Tesouro”*. E a ação aqui é em cadeia; ela vem para cima do Governo Federal, vai para os Estados e para os Municípios.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Também acho que tem de dar um basta, mas do outro lado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - É, exatamente. É esse tipo de comportamento antipatriótico que acha que o Brasil deve viver do custeio para



agradar eleitores e não para desenvolver o País. Olho o Brasil na perspectiva de que, se arrecadamos 37%, tínhamos de ter, no mínimo, 20% desses 37% investidos, como a iniciativa privada, que investe 18%, 19%, 20%. O investimento no Brasil é baixo porque o Governo Federal, que arrecada 37% do PIB, investe pouco. Poderíamos estar dando uma contribuição maior no investimento. Se o País não investe, não tem estradas, não tem portos, não tem aeroportos, não tem hospitais, não tem escolas.

Esta é a grande verdade. Lamentavelmente, isso é um problema de desenvolvimento intelectual e cultural que não tem nada a ver com liberalismo e socialismo. Aliás, o socialismo é herdeiro legítimo do liberalismo. Quando Marx fez a crítica ao capitalismo, ele estava fazendo ao modelo capitalista liberal; ele não tinha a receita de como construir uma sociedade diferente do modelo vigente.

A minha grande crítica quanto à dívida é que, hoje, quando o dólar está desvalorizado, deveríamos ter mais dívida em dólar e menos em real. O real é forte, o dólar é fraco. Então, invertemos. Quando o dólar era forte, tínhamos mais dívida em dólar lá fora; hoje, pagamos aqui um juro de 8,75% e recebemos menos de 2% lá fora. Temos quase 250 bilhões de dólares em estoque, o que implica dívida bruta, que chega a sessenta e poucos por cento; 250 bilhões vezes 1,7%, vamos ter algo em torno de 15% do PIB aplicados lá fora. Quer dizer, recebemos menos lá e pagamos mais aqui.

O que custa isso, Dr. Murilo Portugal, para o País? É isso mesmo o que os países desenvolvidos fazem, que outros países emergentes fazem? Ter um estoque tão grande de reservas cambiais? Vejo a China com 1 trilhão de dólares de reservas. Eles também recebem tão pouco por essas reservas? Aliás, por falar em China, o *Valor Econômico* trouxe anteontem uma matéria terrível: o *dumping* chinês sobre o Brasil. Eles estão fazendo *dumping* de produtos para destruir toda a indústria brasileira. Temos que pensar e repensar muito essas coisas.

Agradeço, mais uma vez, a sua presença. Ficamos realmente, até aqui, muito satisfeitos com a sua exposição, de excelente qualidade. Era isso o que queríamos: uma comparação do procedimento do Brasil perante o mundo, porque o Brasil é a nona economia do mundo e quer ser a quinta economia, não tão rápido quanto o Presidente Lula disse, mas seremos. Com um pouquinho mais de anos seremos a



quinta maior economia do mundo. E, para sermos, temos que ter credibilidade, honrar contratos, ser sérios, fazer a tarefa de casa. E o Congresso Nacional precisa colaborar com também com esse processo. Esta é a nossa posição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputado Luiz Carlos Hauly.

Se V.Exa. permitir, quem sabe seguimos a lista de inscritos. Vamos fazer um bloco único. Temos inscritos os Deputados Luiz Carreira, Ivan Valente, Eduardo Valverde e eu próprio, que me inscrevi em último lugar. Poderíamos fazer um bloco só por economia processual? (*Pausa.*)

Com a palavra o nobre Deputado Luiz Carreira.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA** - Inicialmente, cumprimento o Presidente Virgílio Guimarães e o Relator Pedro Novais. Cumprimento em especial ao Dr. Murilo Portugal, Vice-Diretor do FMI, um dos técnicos da administração pública brasileira que marcou, efetivamente, sua passagem ao longo de todo o período em que serviu ao País, dando valiosa contribuição ao Brasil, sobretudo na área das finanças públicas, onde sempre exerceu as suas atividades. Cumprimento também o Dr. Paulo Medas, Representante residente do FMI no Brasil.

Tenho 3 questionamentos básicos. O primeiro deles é o seguinte: na última reunião que tivemos nesta CPI, o Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin Filho, afirmou — e esse perfil foi de alguma maneira mostrado também pelo Dr. Murilo Portugal — que os fundos de investimento têm a maior parte da dívida brasileira, com 49,99%, são seguidos pelos bancos nacionais, com 27%, bancos estrangeiros, com 6%, entidades de previdência, com 6,3%, e pessoas jurídicas, nacionais e estrangeiras, e pessoa físicas têm participação menor.

Eu pergunto: esse é um bom perfil da dívida? Como é o perfil, por exemplo dos países classificados como emergentes da América Latina? E também os países do G-20? Esse é um perfil adequado, ou nós devemos trabalhar para ainda melhorar esse perfil da dívida, de forma a tentar, num longo prazo, melhorar as nossas condições?

A segunda questão. O senhor afirmou que o pagamento da dívida pública não tem comprometido os gastos sociais e mostrou aqui 2 quadros, tanto da área da



previdência como da área da saúde, e que esses gastos são crescentes, apesar de que na área da educação praticamente eles se estabilizam em relação aos demais países. Também afirmou que o pagamento da dívida tem sido feito basicamente com aumento de tributação. Ou seja, com a elevação da carga tributária.

Como esse tributo, de certa forma, é pago por todos os brasileiros, isso não afetaria também fortemente as camadas mais pobres da população, as camadas que realmente acabam sendo mais tributadas pelo próprio modelo de tributação brasileira? Esse é um questionamento que faço também.

O terceiro. Eu estou parando na verdade na figura 1, que fala da dívida líquida do setor público. Nós observamos que estamos ainda 10 pontos percentuais acima do patamar inicial de 94/95, quando foi realmente implantada a administração da dívida, a partir do Plano Real, e, portanto, as primeiras medidas que realmente fizeram com que o Brasil mudasse substancialmente o seu perfil de administração das finanças públicas.

A partir desse período, observamos que houve um período realmente de crescimento, já até analisado pelo senhor, que é a dívida dos Estados, que acabou acarretando um impacto de 6% sobre o PIB, em 98/99; depois veio a mudança de câmbio, enfim, as crises todas que se sucederam ao longo desse tempo.

Normalmente, enfatiza-se que o Governo atual tem sido exemplar na administração dessa dívida, quando, na verdade, toda construção de todo esse arcabouço institucional e sobretudo a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, ao meu ver, foi o principal instrumento que permitiu ao País buscar estabilidade, melhorar sua política macroeconômica, enfim, ser até hoje um país referência para alguns outros países da América Latina e até do resto do mundo. O que mostra que aquele foi talvez um dos pontos mais importantes conquistado e que mudou o patamar anterior, um patamar de administração um pouco anárquico, sem efetivamente um controle maior sobre as contas públicas, especialmente as contas dos Estados e Municípios e também da União. A partir da Lei de Responsabilidade Fiscal se estabeleceu um novo patamar de administração das finanças públicas, o que fez com que o Brasil pudesse realmente aí ter o perfil mais adequado de administração.

E sobretudo houve a profissionalização dos seus quadros. Podemos afirmar — o Deputado Luiz Carlos Hauly já fez referencia a isso e eu também não tenho



dúvida nenhuma —que o Brasil dispõe de uma equipe extremamente competente na área econômica, seja na administração do Banco Central, seja no Ministério da Fazenda, enfim, nos órgãos mais diretamente ligados à administração das finanças públicas, o que tem feito com que o Brasil mantenha, na verdade, um padrão de excelência nessa área.

Por isso, eu volto a dizer o seguinte. Nós estamos hoje num patamar superior. Quer dizer, sequer voltamos ainda ao patamar de 94/95. É evidente que a tendência agora, com a retomada do crescimento, é que se venha talvez voltar a um patamar até de 94, o que não atingimos em nenhum momento o Governo atual. Desde 2003 a 2008, jamais voltamos ao patamar da relação dívida líquida do setor público/PIB que alcançamos em 94/96.

Eu queria obter do senhor comentários em relação a essas 3 questões.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputado Luiz Carreira.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Convidados, eu acho que o Sr. Murilo Portugal é uma pessoa que atravessou esse período todo recente da dívida pública — Governo Itamar, Fernando Henrique, Lula. Eu acho que ele demonstra bem o que é o modelo que foi feito aí.

Eu entendo que esse modelo todo é extremamente perverso para o povo brasileiro. Isso é demonstrado, Dr. Murilo, diretamente onde se vê a roda do Orçamento. Não é considerado, não dói. Parece que a gente faz um mapa aqui que fala no começo deste ano: juros e amortizações da dívida gastaram 30,5%. Isso aqui não pesa, não tem valor, não tem divulgação, não tem sofrimento atrás disso, não tem humilhação. Ou seja, depois, dentro do que se caracterizou, inclusive o Bolsa Família inclusive, a assistência social, nós temos 3,8%. Agora, 30,5%, no ano passado, foram para pagar juros e amortizações da dívida pública. Isso não tem importância, não é discutido nos meios de comunicação. Esta CPI, por exemplo, não tem divulgação de mídia, que, por sinal, é financiada pelos grandes bancos e pelo grande capital monopolista.



Então, quero começar por aí para dizer o seguinte. Por exemplo, o senhor mesmo colocou uma questão, que um dos problemas da nossa dívida... Eu tenho aqui um prefácio de um livro que minha assessoria preparou, prefácio do livro *Dívida Pública: a experiência brasileira*, editado pelo Tesouro Nacional, com apoio do Banco Mundial. O senhor cita várias vezes que um dos problemas principais são os calotes explícitos que o Brasil fez. Eu tenho outra concepção. Acho que não houve calote. Podia até ter tido, mas não teve.

Pelo contrário, em 1983 — eu queria até que V.Sa. colocasse a sua versão sobre esse fato — houve pagamento direto no exterior de dívidas públicas e privadas, tendo o Banco Central assumido o papel de devedor e refinanciando dívida das entidades, como Governo, as estatais e as empresas privadas. Em 1984, houve outro pagamento e em 86. Só em 87 nós tivemos suspensão temporariamente de juros. E, posteriormente, não sei se o senhor participou desse processo, parece que sim, e aí uma pergunta que eu quero lhe fazer: qual foi o custo para o Brasil da operação dos Bônus Brady? Porque eu acho que tudo isso faz parte de um processo de comprar confiança do mercado, e disso aqui não se trata. Quer dizer, tudo que se paga no Brasil é para ganhar a confiança do mercado. Toda política econômica, na minha opinião, Dr. Murilo, e vários economistas de primeira linha, brasileira, têm a ideia de que a palavra superávit primário é uma invenção do Consenso de Washington, ele não tem base na macroeconomia. Não existe esse conceito. Essa é a poupança que o Deputado Luiz Carlos Hauly diz que tem que fazer de qualquer jeito de ajuste. Depende, pode-se fazer poupança para aplicar em outra coisa que sirva a investimento público — criação de infra-estrutura, distribuição de renda, serviço público, saúde, educação. Nunca vi isso. Só para comprar confiança internacional do mercado. Isso aí só aumenta a dependência do País. Então, essa é uma questão preliminar que eu queria colocar.

Quero dizer também que vou dar exemplos da perversidade do que é esse mecanismo. Toda essa estabilidade que se colocou tem um custo enorme para a Nação brasileira, para o desenvolvimento nacional, para as taxas de desenvolvimento.



Então, quero dar o exemplo seguinte. Ontem mesmo, estavam aí os aposentados. Inclusive, Deputado Luiz Carlos Hauly, quero dizer que o seu partido também estava apoiando o aumento dos aposentados.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - Vou votar favorável também.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Isso, exatamente. Mas por que não se vota e por que todo debate hoje é porque o déficit da Previdência etc. e tal. Ou seja, nós enfrentamos a crise econômica aqui, Dr. Murilo, emitindo título público.

Todo mundo tem uma concordância, que é a seguinte: um país pode e até deve se endividar, mas para que ele se endivida e qual é o formato de seu endividamento? O nosso endividamento é para pagar juros sobre juros. O nosso é o pior endividamento que existe. Não é endividamento para investir em infraestrutura; não é endividamento para fazer crescer o País. Pelo contrário, é um endividamento que não permite o Brasil crescer a taxas superiores.

Nós pagamos a maior taxa de juros do mundo, e é a segunda pergunta que eu quero lhe fazer, direta: por que o Brasil paga essa taxa de juros, se países emergentes que tiveram outros problemas até maiores que o Brasil pagam taxa de juros muito menores?

E aí eu quero demonstrar o seguinte. Não só não se quer dar o aumento de acordo com o salário mínimo como... O senhor colocou, estou com o seu gráfico aqui. Eu sou autor do Plano Nacional de Educação, em 1998. Ele foi aprovado no Brasil. O gasto com educação não cresce, no Brasil. O gasto com educação está estacionado, no Brasil. O Governo Fernando Henrique Cardoso vetou os dispositivos que aumentavam os gastos públicos com educação para 7% do PIB, aprovados nesta Casa por unanimidade. E o Governo Lula, agora, há dois meses... O Plenário da Câmara não derrubou os vetos, depois de 8 anos: *“Ah, os gastos com saúde estão aqui, são altos”*.

A Emenda nº 29 está aí para ser regulamentada e não é. Por que não é regulamentada? Não tem recursos. É sempre isso. Ninguém faz o contraponto. Primeiro, é exercitar o modelo, pagar juros, comprar confiabilidade. É a única maneira de se ganhar estabilidade, a custa do aprofundamento da dívida social do País.





E me permita dizer: eu acho que o Fundo Monetário Internacional, Dr. Murilo... V.Sa. já foi representante do Brasil lá também. É a terceira pergunta que eu quero lhe fazer. O senhor acha que o Fundo Monetário Internacional teve alguma coisa a ensinar ao Brasil, de bom, ou ele foi extremamente negativo, exigindo, através de seus acordos, a que nós tivemos acesso, todas as restrições de ordem econômica, diretrizes de política pública, enxugamento da máquina? Isso é tudo diretriz do FMI, seguido pelo Consenso de Washington.

O que o FMI fez de bom para nós? Agora, inclusive, nós somos credores do FMI. O que quer dizer isso? Nós compramos dólares, emitimos títulos públicos, pagamos títulos públicos pela SELIC. E aí uma montadora de veículos faz anúncios na televisão dizendo: *“Como o Brasil melhorou! Emprresta até ao FMI!”* Ou seja, não tem dinheiro para comprar comida, não tem dinheiro para ter educação de qualidade, o que é uma desgraça, não tem dinheiro para saúde pública, mas nós temos dinheiro para comprar credibilidade com os credores internacionais. Por que nós temos de ouvir um discurso como esse? Fala a verdade! A General Motors fez um anúncio com isso aqui. É insano isso aqui.

O problema é o seguinte. Eu queria entender, Dr. Murilo, o seguinte. Qual é a lógica de um país recrutar recursos internacionais, pagar taxa SELIC... Isso já perguntamos para vários economistas aqui. O único que explodiu foi o Carlos Lessa. Ele falou: *“Isso é uma insanidade”*. Agora, você deixa lá no Tesouro americano, pagando 0% ou 0,25% de juros, 150 bilhões de dólares, porque é isso que nos dá estabilidade. Como assim?

Aqui, nós trabalhamos sempre com a relação dívida/PIB, mas nunca se trata do valor real da dívida e do esforço do pagamento da dívida. Eu queria entender.

Nós temos aqui 513 Deputados e nós temos a seguinte situação. Quando chega na hora de discutir o Orçamento, falam: *“Isso aqui é reservado para pagar juros”*. Ninguém mexe nisso. Isso não é divulgado. E aí fica a luta: *“Eu quero essa fatia para cá, para as cidades, para as regiões, para a área social, para não sei o quê, para o pagamento do funcionalismo”*. Isso aqui é sagrado; sacralizaram a dívida. Essa é a questão. Isso é indubitável. Não concordo com isso. Não concordo com as condições que V.Sa. estabeleceu: *“Nós estamos sempre melhorando e assim nós vamos melhorar”*. Não é verdade.



A nossa dívida pública, é a quarta questão que queria lhe colocar... V.Sa. falou: *“Não tem nenhuma irregularidade na dívida brasileira”* — pergunta do Relator. Eu digo o seguinte. Os relatórios do ex-Senador Fernando Henrique Cardoso, os daqui da Câmara Federal sobre a dívida externa; os relatórios de Severo Gomes, de Luiz Salomão, de Sebastião Nery; todos os relatórios de comissões internas, mistas ou não, detectaram absurdos na contratação da dívida. E a principal delas, Dr. Murilo, está neste mapa aqui. Preste atenção: aqui é o ponto de inflexão dos juros flutuantes, do *Tab* que os banqueiros internacionais deram nos juros internacionais. Eram 5% e foram a 20%, no tempo de Delfim Netto, não sei se o senhor lembra. A partir daí, se a dívida projetada com juros fosse mantida, a curva seria a de baixo, 6% ao ano, que era mais ou menos a média da época. Aqui, o mapa, colorido, é a dívida ocorrida. Ou seja, a partir daí, nós tivemos uma megadívida, feita através de uma operação dentro da ditadura militar, autocrática, sem Congresso. Isto aqui é um exemplo só. Tem outro tipo de irregularidade de dívida.

O Relator não gosta de ouvir essas coisas. Ele já tem o ponto de vista formado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - O Relator me explicou que já tinha um atendimento médico marcado com antecedência...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Desculpe, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Ele solicitou inclusive que fosse substituído. Ele havia inclusive convidado o Deputado Eduardo Valverde para substituí-lo. Deputado Valverde, por favor, venha para a Mesa, V.Exa. já estava convidado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Só queria completar, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - A interrupção foi apenas por uma questão de lealdade ao Relator, porque ele justificou a necessidade de se retirar. Devolvo a palavra a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, estou colocando isso aqui para mostrar o seguinte. Em algum momento, houve uma inflexão. O senhor disse: *“Nossa dívida externa não é mais problema”*. Nós temos uma dívida interna, porque ela foi transformada em dívida interna. Aí é que está a questão. O Governo Fernando Henrique Cardoso começou com uma dívida interna de 60 bilhões. Hoje,



ela está em mais de 1 trilhão e 500 milhões. Terminou o Governo Fernando Henrique com 660 bilhões. Isso paga juros, isso esfaqueia o Tesouro brasileiro.

Esse é o modelo que está sendo implantado, mas ele tem uma imensa perversidade. Não é verdade que nós só podemos seguir esse modelo. Isso se chama pensamento único. Essa que é a questão.

Queria, finalmente, Sr. Presidente, colocar mais duas perguntas ao nosso convidado.

Só para dar o exemplo. O senhor disse que a dívida atual é resultado da assunção das dívidas estaduais também. Porém, o Tesouro não respondeu ao nosso requerimento que pediu a influência nesse processo da dívida interna brasileira. Até eu queria que o senhor pudesse discorrer um pouco sobre isso. Inclusive, tem aplicação de índices que daria uma diferença monumental para a dívida dos Estados ou não. Só por uma questão de aplicação de índices de correção. Tem Estado até hoje falando.

Finalmente, quero colocar o seguinte. O Sr. Murilo Portugal disse — acho que a pergunta do Deputado Luiz Carreira também foi nessa direção — que 50% da dívida interna é detida por fundos de investimento. Mas quem são os integrantes desses fundos? Quem são, na ordem? E a outra é a seguinte: estão incluídos aí os cerca de 500 bilhões de operações no mercado aberto, que representam também dívida interna? Estão praticamente, que eu tenha conhecimento, na mão de bancos as operações de mercado aberto e possuem prazos curtíssimos. V.Sa. inclusive desenvolveu a tese de que nós conseguimos esticar muito os prazos, que eram de 14 dias. Esses 500 bilhões estão no mercado aberto, e eu tenho informação que são de curtíssimo prazo. Então, eu pediria também que V.Sa. pudesse tocar nessa questão.

Finalmente, diria o seguinte. Eu acho que o Fundo Monetário Internacional é um órgão multilateral que tem controle pelos acionistas. Quer dizer, quanto maior o número de ações que um país tem, maior é o seu poder de fogo e decisório nesse processo. O senhor podia fazer uma comparação entre o crescimento dos países que não aderiram ao Fundo Monetário, ao seu receituário e os países que atenderam às determinações do Fundo Monetário Internacional?



É isso. Eu agradeço a atenção. Penso que o Dr. Murilo Portugal há de entender a nossa fala contundente como uma pressão por um outro modelo, porque aqui não se ouve o outro lado. Aliás, não é só aqui, não: nos meios de comunicação também. Esta CPI demorou. Ela foi pedida há um ano e meio. Ela demorou 8 meses para ser instalada, depois de sancionada pelo Presidente Fernando... Arlindo Chinaglia na época. Quase que eu falei, porque ele está sempre assim... Eu queria chamá-lo aqui, mas o Hauly impediu. *(Risos.)* Eu queria o depoimento do Fernando Henrique, eles impediram. Eu quero chamar o Palocci aqui, o PT não deixa. *(Risos.)* Quero chamar o Fernando Henrique, eles não deixam. Eles têm medo de expor o Presidente. Sabem por quê? Porque se o Presidente vier aqui, talvez o debate vá a público. É real. Aí, um montão de gente vem aqui ver o que o Fernando Henrique tem a dizer e não falar sobre o autoritarismo, sobre populismo. *“Fala da dívida pública, Fernando Henrique. Quando você fez o relatório, você deu uma criticada violenta”* — está lá, está cravado num documento cravado. *“E agora o que você fez nos seus 8 anos de Governo.”* A mesma coisa em relação aos discursos que o PT fez antes, inclusive a resolução do Congresso do PT que posteriormente elegeu o Lula — inclusive era a Carta ao FMI —, e o que o Palocci fez depois.

Então, eu continuo com essa ideia, Deputado Hauly, que nós vamos trazer o Fernando Henrique e trazer toda a equipe do Lula aqui também. Não tem problema, não. Por isso que, de vez em quando, soltamos um Fernando Henrique.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Ivan Valente.

Sr. Deputado, esteja à vontade. Aqui está o ex-Secretário-Executivo e Ministro interino durante vários momentos do Governo Lula. V.Exa. pode aproveitar a presença dele para colocar todas as questões que V.Exa. achar por bem.

Eu queria aproveitar — a Ordem do Dia já está iniciando — para colocar a seguinte questão para os membros, antes de passar a palavra para o Relator-Substituto, o Eduardo Deputado Valverde: os 4 relatórios das Comissões que já foram montados, inclusive o relatório não votado, encontram-se à disposição dos membros da CPI na Secretaria, e a assessora a Maria Lúcia Fatorelli já fez o resumo de todos eles. Estão à disposição.



Também conversei com o Relator — ele já tinha marcado esse exame de rotina com muita antecedência e teve que sair —, até por iniciativa do Deputado Luiz Carlos Hauly. A idéia é que se faça nesta semana uma reunião de trabalho com a Assessoria, com os Deputados que o desejarem, com o Relator e com um representante do Banco Central, para realizarmos um balanço daquilo que já existe e daquilo que está sendo pedido, para nós, eventualmente, fazermos ou não alguma alteração ou reiteração.

Inclusive já temos um acervo grande de requerimentos aprovados, de dado e de trabalhos realizados pelo Banco Central e pela Secretaria do Tesouro. Entendemos que a provocação, a iniciativa do Deputado Hauly de querer discuti-la deveria passar por uma discussão com o Relator. E vamos discutir, então, a partir inclusive das colocações do Deputado Ivan Valente, que tornam mais atual ainda a necessidade desse balanço.

Nós já temos um tempo percorrido. Então, vamos marcar uma reunião — não sei se terça ou quinta-feira da próxima semana, porque quarta-feira é o dia da nossa reunião regular — com a equipe técnica, com um representante do Banco Central, do Ministério da Fazenda, com os Parlamentares que assim desejarem, além do Relator.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - Eu estava inclusive conversando com o Presidente Michel Temer sobre a possibilidade de o Banco Central, do IPEA e do IBGE firmarem um convênio, para termos um banco dessas macrocontas e microcontas que o Governo tem, para nessa área econômica toda ter um grande centro de informação na Biblioteca da Câmara dos Deputados. Acho que poderíamos, porque realmente a questão da informação é fundamental para análise comparativa, para estabelecer parâmetros etc. Então, parece-me que podemos avançar um pouco mais nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não. Esse poderá ser inclusive uma das consequências da CPI.

Então, depois vamos verificar o dia mais adequado. Essa reunião de trabalho seria terça ou quinta, o dia que for mais adequado para os Parlamentares. Em lugar de fazer requerimentos, faríamos, primeiro, uma discussão de trabalho e, posteriormente, faríamos algum encaminhamento formal ao Plenário da Comissão.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Só para entender o objetivo dessa reunião a que V.Exa. está se referindo. Ela foi pedida pelo Banco Central?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Não, não, de jeito nenhum. Ninguém tem interferência. É um pedido meu ao Relator. O Deputado Hauly fez uma observação a respeito do volume de dados existentes e da dificuldade de processá-los, tanto por quem envia, como por quem recebe.

Em lugar de abrir uma discussão aqui, porque o trabalho com os dados é de nós todos, mas é sobretudo do Relator, consultei o Relator se ele achava que era o momento. Essas reuniões de trabalho para analisar os dados recebidos e dar um balanço do que falta podem ser um trabalho cotidiano, não precisavam nem ser marcado. O Deputado que quiser, está tudo lá, pode fazê-lo. Apenas o Relator achou por bem, diante das preocupações do Deputado Hauly, fazer de uma maneira mais coletiva, sem obrigação de ninguém participar. O Deputado que desejar fazê-lo cotidianamente, pode; se quiser fazer individualmente, com a sua própria assessoria, também. É uma questão de conveniência de cada um.

O Relator entendeu que era conveniente fazer junto com Deputado Hauly, que trouxe a preocupação, e convidar quem mais quiser participar. É algo rotineiro. Se o Relator quiser fazer isso todos os dias, reunir-se com a Assessoria Técnica diariamente para dar um balanço desse tipo, é da conveniência dele. Ele pediu que marcássemos um dia, anunciado a todos os Deputados, para aqueles que desejarem, que tiverem tempo para comparecer. Mas isso não substitui nada — não é para substituir nada aqui; se daí gerar algum requerimento, será trazido aqui — nem impede nenhum Deputado de fazer esse trabalho pessoalmente. O Deputado que quiser, todos os dias, fazer esse balanço pode, evidentemente. Quem desejar participar dessa reunião que será marcada, também. Eu sei que por bem não pode e não deve, e que também não é obrigação, não será consignada falta para ninguém, apenas porque o Relator entendeu que as ponderações do Deputado Hauly eram oportunas e estendeu o convite a todos que desejarem participar de uma tarefa rotineira da condição de relator.

Passo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Quero cumprimentar os presentes, os convidados, que de maneira cortês acolheram aqui o convite desta Comissão.

Vou fazer 2 perguntas, e gostaria de iniciar colocando uma preocupação.

O Estado brasileiro, para suprir as suas necessidades, tem uma lacuna social imensa, a exclusão de milhares de brasileiros no mercado de consumo, e tem também a cidadania como direito, como acesso aos direitos básicos do cidadão. Para isso ele tem que aumentar as suas despesas, o custeio da máquina pública, seja nas políticas sociais, seja na exploração do Estado. E ele o faz ou se valendo do aumento da carga tributária ou se valendo da poupança interna ou da poupança externa. No caso de tanto uma como outra, você tem que emitir títulos para financiar a dívida pública. E esse título tem custo. Há um custo político e também um custo econômico. Mas também é uma opção que faz o País. Se quer superar as fragilidades da sociedade, a desigualdade de renda, a exclusão de brasileiros à cidadania, o Estado assume para si a responsabilidade, em nível de reduzir o investimento para ampliar o custeio. E a alternativa que se passa a ter nesse custeio é a captação de poupança, tanto externa quanto interna, seja através de tributos, seja através de investimento direto, superávit na balança comercial positiva, que foram as opções dadas no passado.

O Brasil, durante a década de 1980, teve que fazer superávit na balança comercial para trazer poupança externa. Durante a década de 1990 o endividamento foi através da diferença do câmbio, que acabou trazendo, em função da taxa de juros elevada, a vinda de capital externo para compra de títulos em função daquela diferença. A alternativa a este País que tem uma poupança interna pequena, que tem que captar externamente, tem uma balança comercial voltada para *commodities* (o seu principal percentual são as *commodities*) e tem sintonia dentro do cenário internacional, onde o grande agregado de valor são os produtos industriais, a alternativa a este modelo para poder equacionar o problema da dívida e, ao mesmo tempo, cumprir as obrigações sociais que o Estado nacional passou a ter... Ou não tem alternativas? O Estado tem que continuar utilizando a poupança externa, seja através de investimento direto, seja através de superávit na balança comercial.



A segunda indagação é no tocante às opções, já que, como falei anteriormente, sobre cada dívida eu tinha essa visão, a de que era um componente de onde houve um erro do Estado. O Estado errou. Mas é muito mais uma opção política, e cada governante, ao adotar essa opção política, paga um custo, um custo político. Na década de 1990, a dívida interna brasileira cresceu em função de 4 fatores que se podem ver na literatura. Um deles é o programa de recuperação de bancos, tanto estatais e estaduais, como os bancos privados; opção à dívida gerada pelo Fundo de Variação Salarial, também foi um componente; a assunção da dívida pública dos Estados e Municípios, esse refinanciamento; e a manutenção do real valorizado, o que acabou fazendo com que o Brasil tivesse desequilíbrio na sua balança comercial, ou seja, passasse a ter déficit na sua balança comercial em função da valorização excessiva do real. Isso acabou gerando um aumento da nossa dívida interna. Era possível, naquele momento, equacionar isso de uma maneira alternativa que não fosse aquela que foi adotada pelo Governo anterior. Existia uma alternativa diferente dessa alternativa?

E o terceiro viés é no tocante à dívida pública interna, mobiliária, que acaba sendo uma forma de captação da poupança interna.

Hoje, embora boa parte dos títulos da dívida interna esteja na mão de bancos, há um segmento da classe média que investe em fundos de investimentos que são lastreados em títulos da dívida pública. Não há um segmento médio (porque antes eram só os banqueiros), não há um segmento médio da população brasileira que coloque a sua poupança interna, a sua disponibilidade interna em títulos do Governo? Isso acaba gerando um efeito positivo na renda das pessoas?

Essas são as indagações que faço. A mesma dívida serve para o malefício de uns e benefício de outros. Qual o balanço que se possa fazer com relação a isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado.

Pediria ao Deputado Ivan Valente (S.Exa. é Vice-Presidente) que me substitua, por favor. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ivan Valente) - Sentar do lado do FMI não tem problema; o problema é concordar com o FMI. E eu discordo radicalmente do FMI. Não serve para nada. Eu acho, entende? Serve só para aumentar a





dependência do estrangeiro. O Paulo Nogueira Batista?! Eu até gosto dele, mas acho que ele não devia... Ele está no lugar errado.

Tem mais algum inscrito?

Ah! O Virgílio!

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** - Exatamente porque eu estava inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ivan Valente) - Eu pensei que você tinha ido fazer outra coisa.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** - Além de proporcionar a foto histórica que nós teremos aí, sobretudo com esses semblantes risonhos!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ivan Valente) - Com a palavra o grande Presidente Virgílio Guimarães, que foi assim um dos mais radicais do PT desde sua fundação junto conosco. Lembra Virgílio?

Deputado Virgílio Guimarães com a palavra.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** - Muito obrigado. Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Sr. Vice-Diretor Gerente do FMI, Murilo Portugal, a quem aprendi a admirar e tive a oportunidade de ter um convívio bastante próximo nos primeiros tempos do Governo Lula. E vejo ali o Sr. Paulo Alexandre Figueiredo.

As questões básicas já foram colocadas aqui e não há necessidade de alongar. Mas eu tenho uma dúvida sobre uma colocação fundamental feita aqui a respeito da questão do superávit primário. Há, naturalmente, uma meta de que a medida anticíclica praticada agora pelo Governo de baixar o primário, aliás, medida já prevista em lei no Brasil. Há cerca de 3 ou 4 anos, numa das revisões que fizemos do Plano Plurianual, já estava contida lá a medida anticíclica. O ano não me lembro exatamente. Mas, só para termos um marco mais visível, foi quando o então Senador Saturnino Braga renunciou da relatoria porque ele se recusou a estabelecer um valor de superávit primário. E houve uma polêmica grande, inclusive no PT. Eu participei muito naquela ocasião. E fizemos na época — o Gilmar Machado estava presente — enfim, nós tivemos que fazer um mecanismo. Foi criado um mecanismo. E na época se conversou muito com o Fundo Monetário, que não queria aceitar isto, que se considerassem os investimentos sustentáveis por dentro da conta do superávit primário.



Na época se criou algo que acabou sendo uma espécie de referencial para alguns países, ou seja, esse mecanismo que o Brasil criou, que seria uma medida anticíclica; quando tivéssemos um momento de crise, nós poderíamos tomar exatamente essa medida, como a que foi tomada agora de reduzir o primário, de uma maneira que ela fosse vista com absoluta naturalidade, e que está aí aos olhos de todos. O Brasil fez isso de uma maneira mais tranquila de que outros países do mundo, que tiveram, de uma maneira atabalhoada, de criar maneiras de fazer um dispêndio dos adicionais para combater a crise.

O Brasil já tinha o PAC, já tinha plano de investimentos e já tinha um mecanismo estabelecido. Poucos se lembram, mas isso está na lei, isso no Brasil é lei. Não foi nada improvisado, coisa nenhuma! E o novo patamar é monitorado pelas autoridades monetárias e econômicas do País e pelo Presidente da República. Então, até agora, tudo bem. Nós fizemos aquilo que muitos acusavam de que era só uma maneira de dourar a pílula para provar, na realidade, aquele superávit brutal, aquele garrote vil sobre o País. O Dr. Murilo Portugal deve se lembrar desse tipo de polêmica que aconteceu.

Hoje, fica claro que não era nada disso. Era uma medida correta que o mundo inteiro teve de adotar. E nós, felizmente, adotamos de uma maneira melhor, correta. A minha dúvida é... Bom, antes de fazer a pergunta, há outra coisa também que eu queria colocar, Deputado Ivan Valente. É o seguinte.

Muitas vezes falam o que o Brasil gastou com pagamento de juros da dívida etc. O que é gasto? Gasto é o que nós adicionamos à dívida? Isso é um gasto? É um gasto futuro. Mas não acho correto comparar diretamente, dizendo-se que isso podia estar na educação, poderia estar na saúde etc. Não é isso. O que o País arrecada e não gasta — pode-se dar o nome que se quiser — é o que se chama de superávit primário. Por que o superávit primário é diferente do que a gente poderia chamar de o superávit nominal? Porque é exatamente a diferença daquilo que nós capitalizamos dos juros, o aumento. É essa a diferença.

Então, o que nós gastamos de fato com pagamento de juros é o primário, é a diferença do primário. O que nós arrecadamos... Aliás, isso é uma... Eu não sei direito qual a diferença entre matemática e aritmética. Eu sempre pensei que fosse de grau de ensino. Se for isso, é uma questão de aritmética; não alcançou ainda a



matemática, é uma questão de aritmética. E, como eu não sou matemático, então eu não sei se estou usando o conceito certo. Mas no primeiro grau chama de aritmética e, depois que passa para o segundo, passa a ser matemática. Se for isso, é aritmética. A aritmética diz que a diferença do que... Aliás, a compreensão dessa aritmética é que leva muitas pessoas a usarem isso, inclusive aqui na Casa, como cansei de ver. Tem pessoas, Dr. Murilo, que falam assim: "O orçamento da União não é executado." Como você pode não executar um orçamento? Que história é essa de não executar o orçamento? Isso é possível? Alguém me mostre como um orçamento pode não ser executado. O que se arrecada, no primário, é de 1,6. O resto foi gasto. Como que não se executou? *"Ah! é porque nós não temos uma lei orçamentária."* Nós temos as leis, plural, porque esta Casa vota um monte de leis. Aí eu vou pegar e comparar com... Não. Se o primário é de 1,6; se a minha aritmética não estiver errada, 98,4 foram executados, e só podem ser executados com base em lei, e, portanto, de lei orçamentária.

Nós temos a terceira maior execução orçamentária da história, desde que se estabeleceu o critério de equilíbrio fiscal neste País, porque nós estamos reduzindo o primário. Essa é uma questão. Tem uma outra lenda que circula muito aqui na Casa. Eles falam assim: *"O Governo é tão cara de pau que não executa o orçamento; nós vamos agora criar o orçamento impositivo."*

Sinceramente, se alguém tiver a capacidade, a paciência, de me explicar qual a diferença entre orçamento impositivo e autorizativo, reserve um tempo aí que eu me disponho a aprender, porque isso não entra na minha cabeça. Existe diferença entre orçamento fictício e orçamento real. Se nós fizermos um orçamento absolutamente ajustado; se não fizermos projeto de lei complementar nenhum, nem suplementar, nada; se não se permitir nada e tivermos a coragem cívica de cancelar todos os restos a fazer, que nós apelidamos de restos a pagar, e ter que colocar dentro do orçamento, duvido que o Governo não execute. Ele vai aumentar o primário? Se o autorizado coincide com o arrecadado, não se autoriza mais nada — e ele só pode deixar de executar aumentando o primário. Que objetivo que você tem de buscar um primário maior do que o anunciado? Antigamente pode ser que Fernando Henrique quisesse anunciar um primário pequeno por causa da pancadaria do PT e ter o objetivo oculto de praticar um primário maior. Mas, e o



Lula? Por que não ele não teria as vantagens de anunciar um primário maior? Poderia dizer, ao contrário: ele poderia anunciar um grande e ter a vontade oculta de praticar um menor.

Então, esta discussão que estou colocando sobre o primário aqui é para resgatar um pouco a ideia básica do que é essa história de primário. Ou seja, tem um momento de lenda que se cria em torno disso, um monte de lenda que se cria. Fala-se em orçamento impositivo, fala-se em orçamento não executado, fala-se um monte coisa, de pagamento de... É impossível haver um pagamento superior ao primário — digo pagamento. Se entender que a capitalização da rolagem aumenta a dívida, aí pode ser um pagamento futuro — pode ser.

Mas, então, colocadas essas premissas, Dr. Murilo, eu tenho uma certa dúvida sobre essa questão. Porque a recuperação da meta de 3,5, eu acho que colocar isso agora é correto. Mas nós podemos ter talvez aí, com a solidez do Brasil, com os índices de crescimento do Brasil, com o crescimento do PIB, com o avanço das contas... Pergunto se nós não poderíamos querer e ter condição para almejar, para trabalhar com um índice maior de endividamento bruto, maior do que os 50%, que seria a meta. Ou seja, nós caminharíamos um pouco no sentido das economias maduras. Então, pergunto se não teríamos essa condição, sobretudo com a capitalização do pré-sal, que não vai ser muito...

Será que nós não poderíamos jogar um pouco com a ideia, sacar um pouco contra o futuro agora, mantendo a mesma solidez dos fundamentos macroeconômicos do País, ou seja, usando o nosso crescimento do PIB, a credibilidade conquistada, a garantia do fundo soberano, a garantia do pré-sal? Porque, enfim, isso nos dá uma folga para crescer um pouco mais agora e poder jogar talvez com um primário um pouco menor e com metas de endividamento bruto um pouco maiores. Ou seja, nós faremos uma equalização das mesmas metas, mas equalizadas no tempo, da forma inteligente que fizemos com aquilo que já foi realizado com a questão dos critérios. Se não me falha a memória, eu acho que o senhor mesmo participou da elaboração dessa estratégia. Então, se isso não poderia ser pensado, dado o balanço positivo do que ficou para trás. E se pensar nisso também com um pouco mais de inovação, de ousadia, daqui para a frente.

É a única pergunta que eu tenho para V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ivan Valente) - Passo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães. A palavra, não; a Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Ivan. Logo, Deputado Ivan Valente, a gente acaba.

A Ordem do Dia encerrou? Teve votação, essas coisas? *(Pausa.)*

Não? Nada?

Com a palavra o Dr. Murilo Portugal.

**O SR. MURILO PORTUGAL FILHO** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer novamente a V.Exa., aos nobres Deputados pelas perguntas e pelos comentários.

Eu vou então tentar fazer algumas observações, alguns comentários e procurar, na medida do possível, responder a essas várias perguntas.

Houve aqui algumas perguntas... Sobre se o perfil dos detentores da dívida pública é o adequado. O Deputado Luiz Carreira indagou se esse perfil que nós temos — e ele citou a composição — é adequado, e qual é esse perfil nos outros países.

Houve também pergunta sobre quem são os detentores de fundos de investimento; e se uma parte da classe média, na verdade, não empresta ao Governo; e que parte está com os bancos etc.

Bom, eu não tenho aqui estatística sobre a composição da dívida de outros países. Então, eu não posso responder diretamente à pergunta do Deputado Luiz Carreira. Assim como também eu não tenho informações detalhadas sobre quem são as pessoas que têm cotas nos fundos de investimento. Eu imagino que a maioria das pessoas que estão presentes nesta sala tenham, porque quem tem um fundo mútuo em qualquer banco, esses são fundos de investimento.

Na verdade, o sistema bancário é um intermediário entre os poupadores e os tomadores de recurso. Então, muitas das aplicações que o sistema bancário faz, por exemplo, as aplicações no mercado aberto, como foi perguntado aqui, eles as fazem em nome dos seus correntistas. Quem tem, por exemplo, um CDB em um banco: o banco, com os recursos daquele CDB, aplica no mercado aberto. Então, a parcela de dívida que é detida pelos bancos não significa que aquilo é dinheiro de propriedade dos próprios bancos. Uma parte é dinheiro de propriedade dos próprios



bancos e outra parte é dinheiro dos correntistas desses bancos. Seguramente, a classe média contribui bastante no financiamento da dívida pública.

Foi perguntado aqui se não há um segmento médio da população que coloca sua poupança na dívida pública. A resposta é sim. Coloca. Alguns a colocam de maneira direta, como eu mencionei, comprando diretamente títulos do Tesouro através do sistema do Tesouro Direto. E há 164 mil pessoas que fazem isso no Brasil. Mas a grande maioria faz isso de uma forma indireta, aplicando o dinheiro em CDBs de um banco; e o banco, com esse dinheiro do CDB, compra títulos do Tesouro, ou aplica seu dinheiro num fundo mútuo, num fundo de investimento, e esse fundo mútuo compra títulos do Tesouro.

Houve também pergunta a respeito da questão da incidência, da tributação sobre os mais pobres. Eu mencionei que a dívida não comprometia os gastos sociais, que os gastos sociais continuavam a crescer. Mas houve a pergunta sobre se a tributação não incide sobre os mais pobres. Esse, realmente, é um tema importante, é um tema que escapa um pouco aqui à nossa CPI, porque as bases tributárias são usadas, as taxas dos impostos. Mas eu creio que esse tema está também em discussão aqui no Congresso Nacional, com a reforma tributária. Eu imagino que possa ser respondido. Os Srs. Deputados terão a oportunidade de verificar essa questão quando discutirem o tema da reforma tributária.

Há uma grande indagação a respeito do superávit primário: o superávit primário é uma invenção? existe na macroeconomia? é uma questão só de aritmética? São perguntas que V.Exa., Deputado Virgílio Guimarães, fez. Eu queria mencionar um pouco sobre esse tema também.

Na verdade, o superávit primário não é uma invenção. É um conceito que existe na macroeconomia. Eu tentei mencionar aqui, na primeira parte da minha intervenção, que existe uma necessidade mínima de que superávit primário seja igual à diferença entre a taxa de crescimento do PIB e a taxa real de juros, multiplicando-se essa diferença pela relação de dívida pública do ano anterior. O superávit primário tem de ser maior do que o número que sai desse cálculo. Se ele não for maior do que o número que sai desse cálculo significa que a dívida vai crescer. Na verdade, o superávit primário é a maneira pela qual um tomador de recursos paga juros ao prestador de recurso.



Existe, é claro — e eu mencionei aqui na minha intervenção anterior —, a intolerância dos credores em relação à dívida quando está muito alta; mas existe também a intolerância dos devedores. Às vezes, há ideia de que as pessoas são contra a dívida, são contra os juros, mas são a favor do déficit, o que é uma coisa um pouco difícil de explicar do ponto de vista lógico, porque, na verdade, a dívida é um acúmulo de déficit no passado. Se nunca tivesse existido nenhum déficit, se ele fosse zero, qualquer que fosse a taxa de juros, um número qualquer que seja incidindo sobre zero também é zero. Então, é lógico que há um componente dos juros. Mas a origem disso, na verdade, é o déficit.

Então, o superávit primário é realmente um conceito que existe na economia, um conceito importante.

V.Exa. muito bem mencionou, Deputado Virgílio Guimarães, que é possível se calcular isso, tendo em consideração o ciclo em que a economia está...

**O PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Não é correto interromper, mas, já usando o meu direito à réplica, eu concordo inteiramente com isso. O esforço que fiz, de uma maneira até um pouco caricatural, foi para esclarecer esse conceito. É evidente que, para não aumentar o estoque da dívida, também há necessidade de um superávit primário, que emana de uma fórmula, aliás, óbvia também. Já que caminhou para a matemática, mas para o início dela, para se ter uma equação.

Mas o que eu disse foi o seguinte: da mesma forma que nós tivemos uma medida anticíclica, jogando para o futuro diante da crise, se nós não poderíamos, diante dos fundamentos sólidos, caminhar um pouco abaixo do resultado da fórmula, ou seja, equalizando com o futuro, levando em conta, inclusive, as possibilidades do País, que, obviamente, apontam nesse sentido.

Foi só isso. Não foi no sentido de contestar a fórmula...

**O SR. MURILO PORTUGAL FILHO** - Eu sei.

**O PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - ...mas, pelo contrário, aceitá-la; porém, alongar, digamos assim, não mais uma medida um tanto anticíclica, mas sacando um pouco contra o futuro e já assumindo um pouco a condição de um país de economia madura, para viabilizar um crescimento mais rápido a curto prazo.



Isso seria absorvido pelo mercado, pelos fundamentos macroeconômicos, pela solidez do País.

Desculpe-me, mas já exerci meu direito de réplica.

**O SR. MURILO PORTUGAL FILHO** - Eu compreendo bem, Deputado Virgílio Guimarães, que essa foi a intenção da pergunta de V.Exa. E era nesse sentido também que eu tentava responder.

Eu acho que é razoável, eu acho que é possível existir essa ideia de ter contas fiscais calculadas em relação às quais estão os resultados estruturais, considerando-se o ciclo da economia. É lógico o que isso significa. Que o ciclo tem 2 lados: tem o lado onde o ciclo é desfavorável e tem o lado onde o ciclo é favorável. Então, isso significa que, nos momentos em que o País está crescendo mais rápido do que seu crescimento potencial, nesses momentos ele vai poupar mais. Ele vai gastar mais nos períodos em que está crescendo menos e vai poupar mais nos período em que está crescendo mais rápido. Essa é que é a ideia de ter uma coisa anticíclica. Tem que funcionar nos 2 lados do ciclo econômico. Isso já foi feito, na verdade, no Brasil.

No período de grande crescimento se aumentou o superávit primário; agora se diminuiu o superávit primário. Acho que, felizmente, nós já voltamos a um período de crescimento. E eu acho que seria muito importante, para garantir esse processo de progresso, que nós vimos enfrentando, que o superávit seja aumentado, como é meta do Governo, no ano que vem, e seja mantido por um período para permitir essa redução. Foi mencionado aqui por alguns que nós ainda não voltamos ao nível de dívida que existia, por exemplo, em 1995. E é verdade. Por isso eu acho ainda um pouco cedo para implementar a ideia de V.Exa., no sentido de sacar um pouco mais contra o futuro. Na verdade, a dívida é sacar contra o futuro.

Então, eu acredito que nós precisamos, ainda, de fazer algum esforço para manter essa dívida numa tendência descendente.

Houve algumas perguntas aqui também sobre o FMI. Que coisa o FMI traz de positivo, e se houve alguma coisa boa para o Brasil. Então, queria aproveitar um pouco para explicar o que é o Fundo Monetário Internacional e se houve um resultado positivo ou negativo no caso do Brasil.





Na verdade, o Fundo Monetário é uma cooperativa de crédito feita por todos os países do mundo. Isso surgiu depois da II Guerra Mundial para evitar os problemas que tinham levado à grande flutuação e à grande inflação dos anos 1920 e à queda grande que houve na economia nos anos 1930, o que decorreu da I Guerra. O Fundo ajuda países que estão em dificuldades, que estão em crise. Então, isso significa que quando ele vai atuar numa situação é porque a situação é difícil, a situação não é fácil. Se a situação fosse fácil, talvez o Fundo não precisasse ter ido ajudar a países. E, nessas situações difíceis, as pessoas têm que tomar decisões difíceis. Eu costumo comparar que o Fundo é uma espécie de um hospital. Nós vamos perguntar: o hospital é bom? o hospital é ruim? o hospital faz vocês fazerem coisas boas ou fazerem coisas ruins?

A verdade, infelizmente, é que não há muita alegria em um hospital, o que não quer dizer que o hospital seja ruim. Eu acho que o ideal é ter um hospital com os melhores médicos, os melhores equipamentos, ao qual o seu plano de saúde seja vinculado, para você ir lá 1 vez por ano fazer o seu *check-up*; e, depois, quando o médico fizer conselhos, não imposições, mas fizer conselhos a você: “Olha, caminhe mais, fume menos, não coma tanta gordura”, você faça. Agora, se você tiver uma dor violenta no peito e que possa ser um enfarte, aí o aconselhável, talvez, é você correr para o hospital; e às vezes, nessas circunstâncias, você tem que fazer uma ponte de safena, tem que fazer uma operação, tem que fazer uma coisa que não é prazerosa. Eu não diria que isso não é necessário; talvez a alternativa de não fazer isso seja pior. E eu não diria que isso é uma imposição do médico. Na verdade, o que há uma é uma decisão racional.

Então eu queria mencionar isso. A minha impressão é de que, por exemplo, o acordo ou os acordos que o Brasil teve com o Fundo foram favoráveis ao Brasil, no sentido de se evitar um resultado pior do que nós teríamos caso esses acordos não existissem. É lógico que fica sempre difícil, porque você tem que comparar o que aconteceu e o que existiu contra um contrafactual, o que não aconteceu e não existiu exatamente em razão daquela intervenção.

Então, por exemplo, se alguém tiver um enfarte e não for ao médico, pode ser que ele não morra agora, ou pode ser que ele morra. Agora, o fato de ele ter ido ao médico e ter feito o tratamento, talvez tenha evitado a ele de morrer. Mas você não



pode afirmar aquilo com absoluta certeza. Os recursos que os países colocam à disposição do Fundo, na verdade, são parte das suas reservas internacionais; então esses recursos não estão sendo retirados de nenhum outro uso interno que o País fosse fazer.

Na verdade, os recursos que o Brasil coloca à disposição do Fundo ficam aqui depositados no Banco Central, nas reservas internacionais do Brasil. É uma conta que o FMI tem dentro das reservas internacionais do Brasil; se ele precisar ele vai e pede ao Brasil para transferir a outros países esses recursos, pagando evidentemente os juros correspondentes. Mas, na verdade, isso não são recursos que são retirados, vamos dizer, do Orçamento ou de algum outro tipo de gasto que existisse. É lógico que existe uma questão importante de qual é o nível adequado de reservas, o custo de acumulação de reservas. Nós devemos ter mais dívida em dólar ou mais dívida em real? Isso tudo são questões difíceis e que têm que ser discutidas.

Eu penso que as reservas internacionais tiveram um papel muito importante em o Brasil responder de uma maneira mais positiva a essa crise do que a crises passadas. Aqui também é como é um seguro: na verdade, a gente só vê o valor do seguro na hora em que o seguro tem que ser utilizado. Se nós temos um seguro que nunca é utilizado, a impressão fica de que aquele seguro é inútil, mas, na verdade, o seguro é um mecanismo de prudência.

Então eu acredito que a minha impressão é no sentido de que a composição da dívida deva ser mais dívida em moeda local. É lógico que existe um custo de acumulação de reservas. Em algum momento, o País tem que definir qual é o nível adequado para as suas reservas internacionais. Na verdade o FMI funciona como um *pool* de reservas; é onde as reservas de todos os países do mundo são agregadas. E, em caso de dificuldades, o país que esteja em dificuldade pode solicitar empréstimo e usar as reservas dos demais países. Esse é um mecanismo multilateral de acumulação de reservas, que talvez não tenha um custo tão grande quanto o da acumulação de reservas individualmente por cada país, embora a acumulação de reservas individualmente por cada país seja também bastante importante.



Foi mencionado que eu respondi à pergunta do Relator Pedro Novais de que eu não tinha conhecimento de nenhuma irregularidade, mas que houve relatórios onde se apontavam irregularidades. Eu continuo afirmando que eu não tenho conhecimento de nenhuma irregularidade. Essa foi a pergunta que me foi feita e a resposta que eu dei. Se outros relatórios apontaram irregularidades, eu imagino que isso deva ser perguntado às pessoas que tiveram a autoria desses relatórios.

Houve também perguntas em relação à dívida dos Estados e dos municípios. Na verdade, a União paga um subsídio para refinarçar a dívida dos Estados e dos municípios. Se os Estados e os municípios não tivessem feito refinanciamento com a União, eles estariam atualmente pagando mais caro, em termos de juros, do que eles têm que pagar para a própria União. Existe um cálculo de qual é o subsídio que o Governo Federal paga aos Estados e aos municípios por ter refinanciado as suas próprias dívidas. Porque nós temos que pensar como é que existia e como era essa situação antes do refinanciamento da dívida de Estados e municípios.

Esses Estados tinham dívidas junto ao público; então eles pagavam mais do que a Taxa SELIC, eles pagavam um percentual acima da Taxa SELIC, isso porque o risco de crédito dos Estados é maior do que o risco de crédito do Governo Federal. Então, o que o Governo Federal fez foi repartir com os Estados o benefício da sua credibilidade maior; pegou todas as dívidas dos Estados para si próprio e emitiu títulos da sua própria dívida para substituir a dívida dos Estados junto ao público, e acordou com os Estados um pagamento de juros menores do que aqueles que eles vinham pagando no passado. É possível que em um ou outro momento os juros pagos pelos Estados à União tenham superado os juros de mercado, mas, nesse período todo, eu tenho certeza absoluta de que nesse período todo, desde que essas dívidas foram assumidas pela União em 1993 até agora, a conta é altamente positiva para os Estados. Eles pagaram menos, tendo feito esse refinanciamento com a União, do que se eles tivessem que fazer os pagamentos diretamente.

Há esta pergunta também: há uma outra alternativa?

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - Posso fazer um apartezinho neste ponto?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Se V.Exa. já considerar exercido o seu direito de réplica...



**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Prefere deixar para o final mesmo?

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - Era só para esclarecer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Já fez a pergunta! (Risos.)

Tudo bem, não vou contar como réplica. Por favor.

**O SR. MURILO PORTUGAL FILHO** - Houve a pergunta: há um outro modelo alternativo? Será que, por exemplo, quando os governos se confrontaram com a decisão de ter que fazer aqui no Brasil o PROER, será que poderia ter sido feita uma outra coisa diferente? Será que quando nós pagamos as contas do Fundo de Compensação de Variações Salariais poderia ter sido feita alguma outra coisa diferente? Ou assunção da dívida dos Estados? Eu claramente penso que existem outros modelos, mas que eles são menos exitosos do que o modelo que nós estamos seguindo. Eu acho que é possível, por exemplo, um país decidir não pagar as dívidas e fazer uma moratória.

O que nós observamos é que os países resistem muito a fazer isso, e só o fazem quando não há nenhuma alternativa, e isso é uma constante. E, quando os países fazem isso, a experiência, a razão pela qual eles resistem é de que a experiência em geral é pior. Eles só fazem isso quando não tem nenhuma outra alternativa.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** - O Equador tem feito e está muito bem.

**O SR. MURILO PORTUGAL FILHO** - Nós fizemos alguns estudos; por exemplo, qual é o superávit primário que os países mantêm antes e depois de reestruturação de dívidas. Em geral, há um aumento significativo do superávit primário, depois da reestruturação de dívida. Até 5 anos depois da reestruturação de dívida, há um aumento do superávit primário que, em geral, era zero, para até 3 pontos percentuais do PIB, apesar da reestruturação de dívida. Então, não acho que uma coisa seja uma alternativa a outra.

Eu acredito que as decisões de financiar a reestruturação dos bancos estaduais e de alguns bancos privados nacionais que foram adotadas no PROER



foram decisões corretas. Agora mesmo nós vemos vários outros países adotando esse mesmo tipo de decisão, porque, se existir uma crise bancária, o custo para toda a economia na verdade é muito maior.

De qualquer maneira, essas questões todas são questões que têm de ser decididas quando são adotadas inicialmente as políticas que geram a necessidade de se fazer uma dívida. Por exemplo, quando eu era Secretário do Tesouro, houve pagamento do Fundo de Compensação de Variações Salariais. Isso foi uma dívida que foi feita em 1980, quando o Governo decidiu dar um subsídio a todos os mutuários do Fundo Nacional de Habitação e todos os mutuários do BNH. Eu não sei se foi uma decisão certa ou errada; não quero comentar aqui isso que foi feito em 1984. Agora, eu acho que o que não se pode fazer é depois você querer culpar o sujeito que emprestou o dinheiro ao Governo pelo tipo de uso que foi feito. Então, se o Governo toma emprestado dinheiro de alguém hoje, dinheiro que está no fundo mútuo, a pessoa que está emprestando não pergunta se o Governo vai usar esse dinheiro para pagar juros ou se o Governo vai usar esse dinheiro para fazer investimentos. Eu acho que a dívida deve ser usada principalmente para fazer investimentos. A pessoa que está emprestando não pergunta isso; a pessoa que está emprestando não pergunta se isso vai ser usado para o gasto social ou para qualquer outro tipo de gasto.

Então, eu acho que seria impossível se organizar algum sistema em que depois essa pessoa que emprestou ao Governo, num momento de dificuldade com as suas próprias poupanças, vá ser responsabilizada por um uso, que alguns posteriormente acham que foi inadequado, daquela poupança. Eu acho que um sistema baseado nisso seria possivelmente bastante difícil de ser mantido de forma continuada.

Mas, é claro, eu reconheço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que existem opiniões diferentes a respeito desse tema; e, evidentemente, eu as reconheço e respeito, embora considerando que não sejam as mais apropriadas essas outras opiniões.

Eu não sei se respondi a tudo, Sr. Presidente, mas acho que vou terminar aqui. Se houver mais algum tipo de questionamento, continuo à disposição.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado. Há regimentalmente o direito a réplica, e espero que cada um o exerça da maneira mais objetiva possível.

Por ordem de inscrição, Deputado Luiz Carlos Hauly, Deputado Eduardo Valverde e Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - Agradeço a V.Exa. Está correto V.Exa. Eu quero concordar com Murilo Portugal em quase tudo o que ele colocou aqui; não com o Fundo Monetário, mas com Murilo Portugal...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É que o Fundo é impopular. E ele é esperto, entendeu?

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - O único que gosta do Fundo aqui é o Lula, que emprestou um dinheirinho lá para eles, e pagou a vista. Muito bonzinho. O brasileiro é bonzinho.

Eu quero dizer que o Custo Brasil é um custo real, e nós pagamos caro por causa dele. Eu sei, eu entendo, foram as moratórias que fizemos; os nossos Governos todos, sejam da democracia, sejam da ditadura, sejam da Nova República; o regime de inflação (parecia ao mundo que nós não tínhamos capacidade, que a nação emergente mais potente não conseguia controlar a inflação por mais de 30 anos); os esqueletos que foram assumidos depois da estabilidade econômica, logo depois da implantação do Plano Real, o FCVS; o Banco do Brasil, o Governo assumiu mais de 50 bilhões naquela época; a Caixa Econômica Federal, bancos estaduais, dívidas estaduais.

Mas eu quero discordar de alguma coisa. Primeiro, o conceito de superávit primário. É um péssimo conceito que o Fundo Monetário... Não é contigo, é com o Fundo. Tem que ser superávit nominal, real. Essa questão do superávit primário, isso é bom para fazer *rating*, fazer análise de risco de crédito do país, da coisa toda.

Se na conta que tenho no Banco do Brasil eu não tiver um saldo médio bom e não tiver uma aplicaçãozinha, a minha taxa de juro vai para a estratosfera. Foi o que aconteceu comigo. Eu tinha taxa de juros de 2,7, e na hora que eu precisei de um empréstimo — então eu me endividei — foi para 5,1. Então, não tenho dúvida, não tem moleza nisso aí.



Eu quero voltar a insistir nisso e vou bater numa questão fundamental, que é a da dívida bruta. Há um erro de análise nisso aí. Não estudei a matéria, desde que V.Sa. falou... O Brasil tem uma dívida interna, e a dívida externa é muito pequena. O próprio gráfico mostra que diminuimos nossa dívida externa e aumentamos a nossa poupança externa. Então, aí já há um diferencial de 250 bilhões de crédito que temos lá fora, que temos que financiar aqui dentro, mais ou menos 395 bilhões, o que vai dar 12%, 13% do PIB. Esses sessenta e poucos por cento representariam a dívida bruta brasileira. Na verdade, você tem que deduzir isso. Considere, por exemplo, a dívida de um país de economia emergente, 33% de dívida externa. Ele é diferente. Não dá para comparar. Quer dizer, o Governo rola no próprio orçamento, que o Deputado Ivan Valente coloca, tem lá um trilhão e pouco de dívida. A rolagem é o principal da União, dos Estados e dos esqueletos juntos. Depois é que ele deduz lá.

Eu fui consultar rapidamente a assessoria do PSDB, mas não temos todos os elementos. O próprio Tesouro presta contas. Ontem, pagou de juro 150 bilhões, 140 bilhões. Fiquei com uma dúvida — eu nunca perguntei —, se ali está incluído também os juros da dívida estadual, tanto dos PROERs estaduais e do Tesouro Direto, para poder deduzir.

Aqui, quando se interessa falar de dívida bruta e líquida, essa malandragem já existe. Se é favorável para Oposição e Governo, dependendo de quem está na Situação ou no Governo, fala-se: você pegou a dívida em tanto, e deixou em tanto. Usa-se o conceito de líquida e bruta. Aqui todo mundo acaba utilizando isso. Quer dizer, *“ah, pegamos a dívida em tanto, e está em tanto”*.

O Tesouro Nacional deve hoje 750, 770 bilhões líquidos, dívida interna e externa. Essa é a constatação. Quer dizer, a dívida bruta vai para 1 trilhão e pouco por causa da rolagem, da carga que recebe da dívida externa, da dívida não, do saldo que tem lá fora de dólar, cambial.

Agradeço mais uma vez a belíssima intervenção que vai ajudar bastante esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado.

Para exercer o seu direito de réplica, uma observação curta... Esta observação é menos para V.Exa. e mais para os que já usaram a palavra.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Tenho várias perguntas — não sei se temos tempo — que não foram respondidas. Por exemplo, o problema das reservas internacionais: como elas são remuneradas e quanto compramos de dólares? Quer dizer, emitimos título público e pagamos a taxa SELIC. Isso é vantajoso para o Brasil? É só para comprar confiança? Isso não entra na contabilidade real. Quer dizer, estamos financiando o Tesouro americano. É disso que se trata, é dependência.

Dr. Murilo Portugal, V.Sa. está logicamente há muito tempo no FMI, e o uso do cachimbo deixa a boca torta. O FMI, permita-me dizer, não é um instrumento assim tão ascético quanto parece. Ele não é ascético. O FMI é dirigido pelos países capitalistas centrais, e o principal são os Estados Unidos. E eles determinam políticas públicas.

Quero relembrar, Deputado Virgílio, que, quando descia aquela senhora no aeroporto, os nossos técnicos tremiam no Ministério da Fazenda. Lá vinha ela com a lista de imposições. Não é o médico que receita, não. São imposições que interessam a eles, que fazem as regras e que dão os empréstimos. Isso acelera e isso aumenta a dependência do País.

Então, eu me permito dizer que “o bem e o mal têm medo da razão”, disse o Caetano Veloso numa música. Mas para o povo brasileiro temos que dizer: o FMI é do mal. É isso. O FMI não é bonzinho. O FMI não é um hospital. Ele é um matadouro. Essa é a questão. O FMI vem aqui para impor regras lógicas para evitar qualquer outro modelo. Ele vai dizer: “Você tem que fazer isso, isso e isso”, assim como todos os organismos multilaterais de ajuda, Dr. Murilo.

Sou estudioso da parte de educação e vou lhe dizer uma coisa. Estudei um relatório do Banco Mundial aplicado *ipsis litteris* pelos tucanos neste País, e agora pelo PT também, que dizia o seguinte: nos países de média e baixa renda temos que aumentar o número de alunos em sala de aula, reduzir o número de professores e usar tecnologias educacionais. Isso está sendo feito aqui, porque o mestre, o professor vira um encargo. O FMI e também o Banco Mundial estão preocupados com encargo.

O que acontece? Nos Estados Unidos, o então Presidente Clinton fez o seguinte: número máximo de alunos por sala de aula, 18 no ensino fundamental.





Aqui, 63, em escola do Estado mais importante da Federação, mais rico inclusive, São Paulo.

Ele vem com uma determinação, ele não vem neutro, gente. Não é possível que adotemos...

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - (*Ininteligível*)** duas professoras por sala.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Duas professoras por sala... Estão pagando uma miséria para o professor. Vocês colocaram todo o dinheiro para pagar juros, e os atuais também.

O problema é que é difícil estudar uma lógica, Dr. Murilo, que diga o seguinte, por exemplo, pagamento da dívida dos Estados. Ora, quando o acordo foi feito, na lógica da Lei de Responsabilidade Fiscal, o problema não era ter um desconto para os Estados, o problema é que a nossa taxa de juros é altíssima. Ela simplesmente desanca as finanças estaduais. Existe uma lógica, e a Lei de Responsabilidade Fiscal foi um mecanismo para engessar o processo para pagar juros da dívida pública, Municípios e Estados drenando.

Vou dar um exemplo para o senhor. Ontem foi votado aqui, à noite, na calada da noite, a PEC dos Precatórios, e ela estabeleceu inclusive que Municípios e Estados devem pagar um limite de 1% ou 2% em precatórios. Foi estabelecido esse limite. Por exemplo, a cidade de São Paulo, pelo acordo feito da dívida pública, paga 13% de juros, mas vai pagar 1...

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - Juro para o Governo Federal.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Para o Governo Federal, claro, canalizado... O acerto é este: de todo o ano da arrecadação fiscal do município se dedicam 13% para isso. Agora, se você tem precatórios, alimentícios inclusive... Não estou falando com empreiteiras, quero que se danem elas, estou falando que os Prefeitos pagam às empreiteiras, porque, aí, eles financiam as campanhas dos Prefeitos, mas não pagam as pensões alimentares, os salários, o auxílio-doença etc. Então, o sujeito vai empurrando com a barriga, o cara fica 20 anos na fila! E aí eles querem dedicar 1%! Está entendendo? Então, tem toda uma lógica que está colocada aí que nós não podemos aceitar.



A mesma questão é a do superávit primário. Eu estava pensando... Quando eu vi o Deputado Hauly contestá-lo, dizendo *“discordo do conceito de superávit primário”*, eu falei: *“Poxa, finalmente, um avanço”*. Então, ele quer o superávit nominal! Ou seja, a proposta dele é a do Delfim Netto. Entende? É pior! Quer dizer, ele quer escancarar, ele quer pagar só juros, para dizer lá fora para os banqueiros que estamos cem por cento à vontade. Agora, se vai sobrar dinheiro para o resto... Depois, o partido dele quer votar o aumento dos aposentados. Aí é incoerência, aí é incoerência! Se quer fazer...

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - Votar a favor ou votar contra.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu estou favorável, mas eu tenho uma coerência, tenho uma lógica, tenho uma lógica, entendeu?

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É uma lógica, entendeu? Eu acho que tem de ter outra política econômica. Agora, não podemos ficar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Vamos nos focar aqui na réplica.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Queria dizer, Portugal, algo sobre esse outro debate que foi colocado aqui, que o Virgílio levantou — permita-me, Deputado Virgílio, um contraponto. Quando ouvimos Márcio Pochmann aqui, ele falou exatamente que, se se toma empréstimo para pagar juros, isso deve ser considerado como gasto. Entendeu? É empréstimo para pagar juros, não é para financiar! No Brasil, não. Esse é um assunto tabu, é um assunto tabu.

Outra coisa. Realmente o que houve, Dr. Murilo, é que os fundos de investimento e os bancos detêm grande parte desses créditos, dos títulos. Certo? É verdade que eles chamam o pequeno investidor para fazer parte do fundo, e, com isso, eles criaram o que eles chamam de uma co-responsabilidade, digamos assim. Eu chamaria até de uma convivência com o setor de classe média que vai viver da especulação, quer dizer, ela ajuda a se entrar na ciranda financeira. Mas os detentores, quem dirige os fundos são os bancos, não são os pequenos! Os pequenos apenas botam lá e querem ter uma vantagenzinha. Mas quem dirige são os bancos, eles é que querem deter o controle disso, eles é que definem a política pública no Brasil, eles é que fazem o contraponto com o Banco Central do Brasil,



eles é que conseguem estabelecer a taxa de juros junto com o COPOM. Quem estabelece a taxa de juros no Brasil? Quem é ouvido para se estabelecer a taxa de juros no Brasil? Essa é a grande incógnita do País! Entende? São os próprios bancos.

Por isso é que estamos com dificuldade, Deputado Virgílio, de saber — o Banco Central tem evitado mandar para a gente, inclusive, essa é a informação, é a segunda vez, agora vamos direto —, qual é o perfil dos que detêm créditos no mercado. Tem evitado porque, aí, você veria que a coisa não é tão assim pulverizada, não. Ela é pulverizada dentro do fundo, mas quem detém o poder de mando são eles.

Por isso, queria dizer o seguinte. Acho que a lógica que foi estabelecida no Brasil aprofundou radicalmente a dependência. Essa ideia de que o Brasil conseguiu, digamos assim, um salto, uma autonomia para lidar com sua política econômica, não acredito nessa questão, entendeu? Não é porque superou... Ah, superamos a crise mundial. Isso depende. Todos os países do Primeiro Mundo superaram a crise mundial estatizando ativos, inclusive, privados.

É que não há um contraponto. O problema hoje, Dr. Murilo, sabe qual é? É que o Governo Lula, Deputado Virgílio, amansou a velha frase “Fora daqui, FMI”. Era um *slogan* muito bom, porque ele queria dizer o seguinte: “Nós não queremos mais dependência, nós queremos soberania para o Brasil”. Não é verdade que essa questão do Fundo traz para o Brasil essa lógica de socorro, de hospital, a que ninguém quer ir. Não, ela traz um montão de coisas que aprofundam a dependência do nosso País. Essa a nossa visão.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Ivan Valente.

Passo agora a palavra a V.Exa., para que exerça seu direito à réplica, mas lembrando que a réplica é um momento curto, mas esteja à vontade, com a tolerância que tive com todos os demais.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Mas apenas lembrei, como lembrei aos demais.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Serei sucinto.

Nessa briga entre tucano e o segmento mais extremado da esquerda não vou entrar. Eles se entendem depois.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Está faltando extremo atualmente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Pergunto ao Dr. Murilo quais são as alternativas, porque estamos vendo agora que a dívida não é um bicho de sete cabeças nem um tigre que está na jaula para nos amedrontar, é uma opção tomada pelo País, que tem de tomar algumas decisões políticas, como aumentar o investimento ou aplicar em políticas sociais. E há uma demanda reprimida no Brasil, há demanda de aposentado, há demanda de sem-teto, há demanda daqueles que querem reforma agrária, há demanda daqueles que querem ter renda por meio das políticas de compensação ou de transferência. Para atender a isso, o Brasil pratica, como praticaram os países asiáticos, uma balança comercial agressiva. É um país exportador e consegue captar através da exportação a poupança externa. Hoje, ele sobe a carga tributária, taxa mais os ricos, para que o Estado tenha mais recursos para fazer aquilo que tem de ser feito, ou se endivida, através de um outro mecanismo de financiamento.

É dessa forma que estou entendendo. Entendo que o País não deva ser igual a um Tigre Asiático, até porque tem um processo de construção de uma balança comercial dentro de um cenário hoje onde a crise internacional restringiu muito o comércio, e nossa entrada nesse comércio é desvantajosa porque somos grandes produtores de *commodities*.

Ampliar a carga tributária. Já estamos no limite. Pode ser que tenhamos uma carga tributária mal distribuída ou de má qualidade. Ela taxa mais o consumo e pouco a renda, e pouco o patrimônio, mas essa é uma questão que está nesta Casa para ser enfrentada.

Ou administra a dívida, faz dívida, capta recursos do mercado vendendo títulos. É essa a solução? Haveria outra solução para atender a essa demanda do País sem cair naquele discurso mais extremado da nossa esquerda, da nossa famosa... dos combativos companheiros de esquerda? E sem cair naquilo que o tucanato fez no passado — um componente que não foi respondido por V.Sa. — no tocante àquela opção de manter o câmbio fixo. Foi uma opção tomada na década



de... ou seja, esticar o câmbio até o final, fixo, isso fez com que o Brasil tivesse perda na sua balança comercial constantemente. Isso foi uma agravante à nossa dívida pública interna. E quero ouvir sua opinião política no tocante a esse ponto. Há alternativa que não seja a dívida pública?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Valverde.

Passo a palavra ao nosso convidado, Dr. Murilo.

**O SR. MURILO PORTUGAL FILHO** - Obrigado, Sr. Presidente. Se V.Exa. me permitir, vou responder na ordem contrária à das perguntas, ou seja, começarei pelas últimas e, depois, irei às primeiras.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Apenas um esclarecimento. Quinta-feira é um dia complicado, mas, hoje, disponibilizamos o material na Internet. Ocorre a transmissão direta pela Internet e há o banco de dados também. Todos podem acessar pela Internet esta nossa reunião. Ela está arquivada e é facilmente recuperada. Hoje foi um dia complicado, os Deputados já tinham marcado passagem. Tivemos uma boa reunião. A resposta V.Sa. pode dar que, pelo seu *smartphone*, daqui a pouco, o Deputado Haully e os demais que tiveram de se retirar, que já tinham passagem marcada, explicou-me o Deputado Haully, ela será vista seguramente por aqueles que a formularam. Por isso nosso sistema aqui já está implantado.

**O SR. MURILO PORTUGAL FILHO** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Tenho certeza de que é assim.

Bom, então, começo pelas perguntas do Deputado Eduardo Valverde. Mencionei que a adoção do câmbio flutuante foi um grande avanço macroeconômico para o Brasil. Talvez eu não tenha enfatizado muito esse aspecto, mas mencionei isso. Mencionei que a adoção do câmbio flutuante reduziu as vulnerabilidades do Brasil e contribuiu para reduzir as vulnerabilidades da dívida também. Não num primeiro momento, mas depois sim. Então, concordo inteiramente que o câmbio flutuante é o melhor regime. É verdade que nós vivemos um período longo de câmbio relativamente fixo, não era totalmente fixo, existia uma banda na qual a taxa de câmbio se desvalorizava, e há, seguramente, perguntas legítimas de se isso foi



estendido por um tempo longo demais. Imagino que sim, porque não pudemos manter depois, e o mercado deu essa resposta, e não se conseguiu manter.

Há outras alternativas além de se endividar e de aumentar a carga tributária ou a captação da poupança externa para atender às necessidades da população. Eu acho que sim, não alternativas ao que já vem sendo feito em matéria de política econômica, mas o que eu queria dizer é o seguinte: na verdade, a melhoria da qualidade de vida da maioria da população depende mais do que acontece na economia do setor privado, que é realmente o que cria as riquezas, é o que cria o emprego, é o que cria a renda no País, do que do Governo. O Governo, claro, exerce um papel muito importante no resultado total, porque detém, através da tributação, 38% da renda gerada. Então, se o Governo for menos eficiente que o restante da economia, é claro que isso vai ter um peso muito grande para os outros 63% que estão fora do Governo, mas que são os que geram também os 37% que o Governo utiliza.

Eu tentei apontar na minha resposta o que eu acho que seja essa alternativa. E a alternativa que eu dei é fazer mais e melhor com menos. Acho que isso é possível fazer. Como eu disse, acho que isso significa aumento de produtividade, é assim que o mundo progrediu através dos séculos, aumentando a produtividade, com os mesmos recursos fazendo mais. É assim que o setor privado faz. E isso necessitaria, como eu mencionei, uma atenção maior ao custo unitário de prover cada serviço público, quanto custa para fazer aquilo, tentar medir, tentar comparar com custos alternativos, ver se é possível economizar naquilo. Acho que requereria também ter metas para que o volume e a qualidade de serviços prestados à população não diminuíssem, ao contrário, aumentassem, e que fossem redistribuídos os gastos adicionais que o Governo faz dentro de uma lógica em que se alocariam mais recursos, aqueles que reduzem os custos unitários, aqueles que aumentam o volume de serviços prestados e aqueles que aumentam a qualidade dos serviços prestados. Atualmente, a lógica de alocação de recursos não é essa, nós fazemos vinculações automáticas de receitas a determinados setores. Então, eu acho que essa é a alternativa.

O nobre Deputado Ivan Valente não fez nenhuma pergunta específica, ele fez mais afirmações. É verdade que o FMI é dirigido pelos países membros. Entre esses



países membros se encontra o Brasil. Os países em desenvolvimento como um todo têm um poder de voto no FMI em torno de 40%, e os países desenvolvidos têm um poder de voto em torno de 60%. Essa estrutura de votação não corresponde mais à realidade da importância dos países emergentes no mundo, e o FMI está tentando mudar isso aos poucos. Então, já houve uma reforma em que aconteceu uma transferência de votos de 2,5% dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. E agora foi acordada, ainda não implementada, uma outra transferência de 5%. Então, as duas somadas já correspondem a 7,5 pontos de percentagem. Antes eram 60% e 40%. Imaginemos uma estrutura em que exista paridade — estou citando isso aqui apenas como exemplo — e cada grupo tenha 50%. Então, isso significa uma transferência de 10 pontos percentuais no poder de voto de um grupo para o outro. Desse total de 10 pontos percentuais, 2,5 pontos já foram feitos e mais 5 pontos serão feitos.

Agora, eu queria dizer também que as decisões do FMI em geral são adotadas por consenso, e quem tem um bom argumento é ouvido, quem tem um bom argumento influencia no resultado final. Há representantes do Brasil no FMI. Eu já tive esse cargo. Atualmente, é o Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior; antes, o Dr. Eduardo Loyo, e eu tenho certeza de que eles vão confirmar isso. E a voz do Brasil no Fundo sempre teve uma influência muito maior do que o poder de votos que o Brasil tinha, em razão da qualidade dos argumentos e da qualidade das pessoas que estavam lá. O Fundo, quando chega para ajudar um país, ele sempre o faz a pedido do país. O Fundo nunca vai a um país fazer algum empréstimo sem ser por pedido do próprio país.

Ou nós chegamos à conclusão de que os governos que fazem para o Fundo esses pedidos de ajuda não tinham nenhuma alternativa melhor — essa é uma hipótese, a presença do Fundo talvez seja melhor do que o que aconteceria sem o Fundo —, ou então eles tomam decisões contrárias ao seu próprio interesse. O empréstimo... Eu parto do princípio...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não é contrário ao interesse do governo, mas é contrário ao interesse do povo. Essa é a questão. É claro que a escolha é do governo, senão seria invasão. Viria uma frota americana, desembarcaria o FMI e falaria: *“Olhe, vai fazer isso”*. E não é o que acontece. Isso



foi no tempo das canhoneiras. São 200 anos de independência e tal. Agora vem de outra forma, vem dessa forma aí e fala: “*Vocês fazem, ou vão se danar, entenderam?*” E o governo aceita de bom grado. É uma escolha do governo. Mas não quer dizer que seja interesse popular.

**O SR. MURILO PORTUGAL FILHO** - Eu parto do princípio, nobre Deputado Ivan Valente, que numa democracia representativa o governo é eleito pelos eleitores. Então, ele representa a opinião, talvez não da totalidade, mas seguramente da maioria. V.Sa., por exemplo, representa uma parcela de opinião no Brasil, está aqui representada e tem uma opinião diferente. Mas eu não chegaria à conclusão de que o governo não representa o interesse do povo.

Então, quando o FMI empresta dinheiro a um país, já existia um problema. E o dinheiro que o FMI empresta não resolve aquele problema. Na verdade, os problemas só são resolvidos com ações que os governos tenham que tomar. Então, a única coisa que o FMI faz é emprestar dinheiro ao país, para dar tempo ao país de resolver aquele problema de uma forma que seja menos destrutiva para a economia daquele país e menos destrutiva para o progresso internacional do que seria se o país não tivesse aquele dinheiro emprestado e não tivesse aquele tempo e tivesse que tomar uma decisão mais abrupta.

Na verdade, essa é a lógica na qual o Fundo Monetário atua. Ele não faz imposições; ele discute com o país as coisas que ele, FMI, acha que seriam necessárias que fossem feitas para que aquele problema que deu origem à solicitação de empréstimo — foi um empréstimo — seja resolvido. Evidentemente, o Fundo, ao emprestar recursos a um determinado país, empresta os recursos dos outros países membros. Então, ele tem que ter uma preocupação de que vai haver uma capacidade de pagamento depois, porque senão quem perderia o retorno seriam os países membros. Se algum país que toma dinheiro emprestado do Fundo não pagar de volta ao Fundo, o Brasil vai ter uma perda com isso, porque parte dos recursos que são emprestados provêm das reservas internacionais do Brasil.

Então, o FMI tem uma responsabilidade não só com o país que ele está assistindo, mas também com os outros países membros que emprestam os recursos que o FMI coloca à disposição daquele país. Mas eu, como disse, compreendo que existam opiniões diferentes, acho natural que existam opiniões diferentes, algumas





delas são geradas por visões diferentes do mundo, outras são geradas por desinformação. E o meu objetivo aqui era só o de prestar um pouco dessas informações, em vez de simplesmente mostrar a minha possível boca torta.

Em relação às perguntas do Deputado Haully, eu queria dizer que não há uma contradição entre superávit primário e superávit nominal. Como bem disse o Deputado Ivan Valente, se nós adotarmos superávit nominal, isso significa que a integridade dos juros, todos os anos, será paga. Nós não vamos mais fazer o que ele disse, por exemplo, tomar dinheiro emprestado para pagar juros. Aí não acontece. Se o País tiver superávit nominal, a dívida cai, e nunca se vai mais tomar nenhum recurso emprestado para pagar juros.

A mesma coisa se aplica à questão do conceito de dívida líquida e dívida bruta. Eu sei que, como foi mencionado aqui, as pessoas podem escolher usar um conceito ou usar outro. Os 2 são úteis para coisas diferentes. A dívida que tem que ser paga é a dívida bruta. Na verdade, em algum momento, a dívida que tem que ser rolada é a dívida bruta. Por isso, a maioria dos países enfocam mais a dívida bruta do que a dívida líquida. A dívida líquida significa que você tem ativos que lhe permitam, se liquidar todos aqueles ativos, pagar a dívida bruta. Então, se você partir de 230 bilhões de dólares de reserva para zero, aí pode usar esses recursos para pagar a dívida bruta. Se pedir, por exemplo, que os empréstimos que a União faz às vezes a bancos públicos sejam pagos, isso é um ativo que o Governo tem e que é deduzido, porque o que se espera é que esse banco em algum momento vai pagar. Se pedir que ele pare de usar os recursos e repague imediatamente, pode usar esses recursos para pagar a dívida bruta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - O pagamento também (*ininteligível*) líquida. Ele recebe também.

**O SR. MURILO PORTUGAL FILHO** - Por isso os 2 conceitos são importantes, e eu acho que são necessários.

Muito obrigado novamente, Sr. Presidente. Eu não quero me estender mais. Espero que eu tenha respondido as perguntas, mas tenho certeza que nunca convencerei totalmente todos os presentes aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Dr. Murilo.



Dr. Paulo Medas, muito obrigado também pela presença.

Eu queria, antes de encerrar a reunião, Deputado Ivan, apenas dizer algo sobre a questão que V.Exa. mencionou a respeito do envio dos dados. Precisamente esse é o objeto da análise que o Relator vai fazer na data em que marcará, na próxima semana. Eu fiz referências a ela. Se V.Exa. quiser participar, estará também convidado, poderá estar presente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, só 1 questão, 2 questões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nós tínhamos proposto um debate na próxima semana entre Armínio Fraga e Reinaldo Gonçalves. Fui informado agora de que só um dos debatedores vai poder estar presente. E nós achávamos importante ter um confronto de posições. Frutifica mais ter um confronto na Mesa também, e não só entre os palestrantes. Como é que nós fazemos isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Ivan Valente, essa questão foi conversada com os dois. Por razões conhecidas, até porque tem também atividades no exterior, essa data foi acertada, dia 18, de comum acordo, com o ex-Presidente do Banco Central Armínio Fraga. Ele se dispôs a vir. O Prof. Reinaldo marcou, e posteriormente desmarcou. Quem desmarcou foi o Prof. Reinaldo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ele chegou a confirmar isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Iniciativa dele, iniciativa dele. Aqui, se alguma crítica pode ser feita aqui à condução da nossa... é por excesso de aprovação de requerimentos. Não se evita nada.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, não, eu estou falando de outra coisa. Eu estou falando que seria importante que o debate, Presidente, fosse feito com visões diferentes na própria Mesa. É isso que estou falando. Se não for confirmado, precisamos ver qual é o encaminhamento que vai ser dado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Se V.Exa. quiser indicar uma outra pessoa, poderia.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, sim.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Agora, o que não é possível...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas está marcado para a semana que vem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Dia 18.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ah, dia 18?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Dia 18. Na próxima reunião, V.Exa. apresenta alguma sugestão. Não há inconveniente algum.

Vários convidados fizeram questão de vir aqui. O Dr. Murilo Portugal é um deles. Ele procurou ajustar, conversamos vários vezes para ajustar a sua vinda aqui. Eu não sinto, nem por parte da direção da CPI, nem por parte dos membros da CPI, nem dos convidados, qualquer intenção de evitar que venha essa ou aquela pessoa, até porque os nossos debates ocorrem num clima absolutamente construtivo, como este aqui, que poderia ser tomado como um debate explosivo, com a participação de integrante do FMI, que trouxe até o seu representante residente, permanente no Brasil. Um debate dentro do melhor padrão necessário para se construir um relatório que seja útil para o País.

Sou testemunha de que o ex-Presidente Armínio Fraga fez esforço para vir aqui. Eu senti da parte dele até um desejo de vir. Cheguei a comentar, acredito, com V.Exa. Eu percebi que ele gostaria de estar aqui. Cheguei a comentar que ele ficou procurando uma data, procurando um acerto. Essa data está marcada. O que não impede que depois tenhamos diversas outras oportunidades de debate. Agora a remarcação com ele eu não me sinto à vontade de fazer.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia 11 de novembro, às 14h30min, no Plenário 11, Anexo II, para audiência pública, com a presença do Sr. João Sayad, Secretário da Cultura do Estado de São Paulo, e para deliberação de requerimentos.

Renovo a V.Sa. os nossos agradecimentos pela presença, pela aceitação do nosso convite e pelos esclarecimentos.

Está encerrada a presente reunião.